

# RECEITA FEDERAL

Auditor Fiscal

CÓD: SL-027MA-26  
7908433298489

# VOLUME I

## Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna .....	13
2. Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos .....	22
3. Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos .....	23
4. Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais .....	25
5. Processos de formação de palavras .....	33
6. Sintaxe: frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação .....	36
7. Concordância nominal e verbal .....	40
8. Transitividade e regência de nomes e verbos .....	44
9. Padrões gerais de colocação pronominal no português .....	46
10. Mecanismos de coesão textual .....	47
11. Ortografia .....	48
12. Acentuação gráfica .....	53
13. Emprego do sinal indicativo de crase .....	58
14. Pontuação .....	59
15. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo .....	61
16. Variação linguística .....	62
17. Norma culta .....	64

## Língua Inglesa

1. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa .....	69
2. Compreensão e interpretação de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais .....	69
3. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos .....	71
4. Palavras e expressões equivalentes; Elementos de referência .....	72

## Raciocínio Lógico-Matemático

1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados. formação de conceitos, discriminação de elementos .....	81
2. Conjuntos e suas operações, diagramas .....	96
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações .....	99
4. Porcentagem e juros .....	109
5. Proporcionalidade direta e inversa .....	112
6. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo .....	113
7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal .....	117
8. Raciocínio matemático .....	120

## ÍNDICE

9. Raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal .....	125
10. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	128
11. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	133
12. Problemas de contagem e noções de probabilidade .....	136
13. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área .....	141
14. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.....	149
15. Problemas de lógica e raciocínio.....	150

## Estadística

1. Estatística descritiva. Média, moda, mediana e desvio padrão .....	157
2. Probabilidade.....	161
3. Distribuições de probabilidade .....	163
4. Inferência: estimação pontual e intervalar e testes de hipóteses.....	170
5. Predição: abordagens; séries temporais; regressão linear simples e múltipla .....	173
6. Regressão logística.....	185

## Administração Geral

1. Teoria da administração e das organizações.....	193
2. O processo administrativo. Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle .....	200
3. Papéis e habilidades do administrador .....	209
4. Planejamento estratégico: conceitos, princípios, etapas, níveis, métodos e ferramentas. Planejamento tático. Planejamento operacional.....	213
5. Administração por objetivos .....	216
6. Organização: princípios de organização; estrutura organizacional; departamentalização; centralização e descentralização .....	217
7. Processo decisório: tipos de decisões; decisão racional; heurísticas; ferramentas de apoio à decisão .....	218
8. Comportamento organizacional: cultura organizacional; motivação; liderança; comunicação; equipes de trabalho.....	220
9. Controle: tipos de controle; sistemas de controle .....	222
10. Balanced scorecard .....	223
11. Gestão de pessoas: evolução; conceitos básicos; abordagem estratégica; indicadores de gestão de pessoas.....	224
12. Recrutamento e seleção de pessoas: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; recrutamento interno e externo; técnicas de recrutamento e seleção.....	227
13. Análise e descrição de cargos .....	231
14. Treinamento e desenvolvimento: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos; avaliação de programas de treinamento e desenvolvimento.....	232
15. Gestão do desempenho: visão geral e conceitos básicos; relação com os demais processos de gestão de pessoas; métodos.....	234
16. Gestão por competências .....	236
17. Gestão da qualidade e modelo de excelência gerencial: principais teóricos e suas contribuições para a gestão da qualidade; ferramentas de gestão da qualidade.....	236
18. Gestão de projetos: modelos, etapas, elaboração, técnicas de análise e avaliação de projetos .....	239

19. Gestão de processos. Conceitos da abordagem por processos. Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos. Noções de estatística aplicada ao controle e à melhoria de processos. BPM.....	241
20. Administração Financeira. Indicadores de Desempenho. Tipo. Variáveis. Princípios gerais de alavancagem operacional e financeira. Planejamento financeiro de curto e longo prazo. Conceitos básicos de análise de balanços e demonstrações financeiras.....	244

## Administração Pública

1. As reformas administrativas e a redefinição do papel do Estado; reforma do serviço civil (mérito, flexibilidade e responsabilização) e reforma do aparelho do Estado.....	255
2. Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático; o Estado oligárquico e patrimonial, o Estado autoritário e burocrático, o Estado do bem-estar, o Estado regulador .....	268
3. Processos participativos de gestão pública: conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.....	274
4. Governo eletrônico .....	276
5. Transparência da administração pública.....	277
6. Controle social e cidadania .....	278
7. Accountability .....	280
8. Gestão por resultados na produção de serviços públicos.....	283
9. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais .....	284
10. Administração de pessoal .....	287
11. Administração de compras e materiais: processos de compras governamentais e gerenciamento de materiais e estoques.....	289
12. Sustentabilidade das contratações .....	294
13. Mudanças institucionais: conselhos, organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), agência reguladora, agência executiva, consórcios públicos .....	295
14. Conceitos básicos de planejamento. Aspectos administrativos, técnicos, econômicos e financeiros. Formulação de programas e projetos. Avaliação de programas e projetos. Tipos de avaliação. Análise custo benefício e análise custo-efetividade. Planejamento e avaliação nas políticas públicas.....	301
15. Governança Pública. Conceitos fundamentais. Princípios, diretrizes e níveis de análise. Sistema de governança. Práticas de governança .....	304
16. Gestão de Riscos: princípios, objetos, técnicas, modelos nacionais e internacionais, integração ao planejamento. Processo de Gestão de Riscos: comunicação, consulta, contextualização, identificação, análise, tratamento, monitoramento e retroalimentação. Boas práticas de gestão de Riscos .....	305
17. Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação de políticas, implementação de políticas, financiamento de políticas públicas, indicadores de desempenho de políticas públicas .....	307
18. As políticas públicas no Estado brasileiro contemporâneo; descentralização e democracia; participação, atores sociais e controle social; gestão local, cidadania e equidade social.....	313
19. Lei Federal nº 12.527/2011 e suas alterações (Lei de Acesso à Informação). .....	315
20. Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência) .....	322

## Auditoria

1. Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA .....	327
2. Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009 .....	331
3. Testes substantivos .....	336

## ÍNDICE

4. Testes de observância .....	336
5. Testes para subavaliação e testes para superavaliação.....	337
6. Procedimentos de auditoria .....	340
7. Identificação de fraudes na escrita contábil .....	341
8. Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria .....	345
9. Auditoria no ativo circulante.....	346
10. Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.....	349
11. Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais .....	352
12. Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social, adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado .....	356
13. Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário .....	362
14. Baixa fictícia de títulos não recebidos.....	367
15. Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas .....	369
16. Auditoria no ativo não circulante. Superavaliação na formação dos custos de estoque .....	372
17. Auditoria no ativo realizável a longo prazo. Identificação de origens de recursos fictícias.....	377
18. Auditoria em investimentos.....	378
19. Auditoria no ativo imobilizado. Ativos ocultos.....	380
20. Alienação fictícia de bens .....	384
21. Auditoria no ativo intangível.....	388
22. Auditoria no passivo circulante. Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo .....	390
23. Passivos fictícios.....	392
24. Identificação de passivos já pagos e não baixados .....	393
25. Auditoria no passivo não circulante.....	394
26. Auditoria no patrimônio líquido .....	396
27. Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros.....	398
28. Contabilização de reservas.....	399
29. Subvenções .....	401
30. Auditoria em contas de resultado.....	402
31. Registro de receitas e despesas .....	405
32. Ocultação de receitas.....	409
33. Superavaliação de custos e despesas.....	413
34. Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal .....	414
35. Auditoria em operações de importação .....	421
36. Lei Complementar nº 105/2001 (dispõe sobre sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências).....	427

## Contabilidade Geral

1. Contabilidade; Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil .....	435
2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) .....	438
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura .....	440

## ÍNDICE

4. Atos e fatos administrativos.....	441
5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.....	443
6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas.....	445
7. Apuração dos resultados.....	447
8. Regimes de apuração; Caixa e competência.....	448
9. Escrituração contábil.....	449
10. Lançamentos contábeis.....	450
11. Contas patrimoniais, resultado.....	450
12. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.....	456
13. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido.....	457
14. Demonstrações contábeis. Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.....	462
15. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações..	465
16. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11.638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11.941/09 e suas alterações.....	471
17. Estoques.....	491
18. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.....	495
19. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas.....	497

## Contabilidade Aplicada ao Setor Público

1. NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.....	503
2. Relatório Contábil de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG): objetivos e usuários; prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão; a continuidade das entidades do setor público; situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa; Regime de Competência e Regime de Caixa.....	534
3. Características qualitativas da informação: características qualitativas fundamentais; características qualitativas de melhoria.....	537
4. Características da entidade que reporta a informação contábil.....	538
5. Elementos das Demonstrações Contábeis: propósito e definições de ativos e passivos, receitas e despesas; superávit ou déficit do exercício.....	540
6. Reconhecimento e mensuração nas demonstrações contábeis: evidenciação, reconhecimento e desreconhecimento; bases de mensuração para ativos e passivo.....	541
7. Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.....	544
8. Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei 4320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; de acordo com o MCASP.....	549
9. Plano de Contas aplicado ao Setor Público.....	555
10. Conceito de contas patrimoniais e de resultado.....	559
11. Função e estrutura das contas.....	564
12. Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.....	568
13. Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.....	571
14. Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.....	588
15. Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.....	591

## ÍNDICE

16. Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição .....	596
17. Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público .....	602
18. Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP); Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição; Procedimentos Contábeis Orçamentários (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial (MCASP)) .....	604
19. Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13) .....	614
20. Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) .....	620
21. Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público ...	626
22. Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018 .....	626
23. Trabalho de asseguarção (NBC TA Estrutura Conceitual – Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguarção) .....	626

## VOLUME II

### Economia e Finanças Públicas

1. Microeconomia. Conceitos básicos: o problema econômico fundamental, mercado, fluxos econômicos em uma economia de mercado, variáveis-fluxo e variáveis-estoque .....	11
2. Demanda e oferta, deslocamento das curvas de oferta e demanda. Elasticidades da oferta e da demanda .....	12
3. Teoria do Consumidor: restrição orçamentária, curvas de indiferença, utilidade, bens substitutos e complementares, escolha do consumidor, índices de Laspeyres e de Paasche, efeito renda e efeito substituição, demanda de mercado, excedente do consumidor .....	13
4. Escolha sob incerteza: preferências em relação ao risco .....	14
5. Produção: os fatores de produção, custos de produção, isoquantas, substituição entre insumos, rendimentos decrescentes, excedente do produtor .....	16
6. Mercados competitivos: concorrência perfeita, análise de mercados competitivos, maximização de lucros, equilíbrio de mercado .....	18
7. Poder de mercado: monopólio, monopsônio, oligopólio .....	19
8. Noções de teoria dos jogos: dilema do prisioneiro, equilíbrio de Nash .....	21
9. Eficiência econômica: eficiência nas trocas, livre comércio, vantagem comparativa, fronteiras de possibilidades de produção .....	22
10. Falhas de mercado: assimetria de informação, risco moral, seleção adversa, papel do governo, bens públicos, externalidades .....	23
11. Economia comportamental: aversão à perda, comportamento de manada .....	23
12. Macroeconomia. Contas Nacionais, agregados macroeconômicos, produto, renda e despesa, diferentes conceitos de produto, consumo, investimento, poupança .....	25
13. Exportações e importações, balanço de pagamentos e taxas de câmbio .....	27
14. Inflação, índices de preços .....	29
15. Política monetária e taxas de juros .....	32
16. Política fiscal: tributos e gastos do governo .....	33
17. Ciclos econômicos, estabilização econômica, o modelo IS-LM, planos de estabilização no Brasil, Plano Real .....	35
18. Déficit orçamentário e dívida pública, teto de gastos .....	37
19. Globalização, G20 e o papel dos organismos internacionais na governança global. ....	39
20. Finanças Públicas. As funções econômicas do Estado: alocativa, distributiva e estabilizadora .....	42
21. Orçamento público e os parâmetros da política fiscal no Brasil .....	46
22. Responsabilidade fiscal, regras fiscais .....	49
23. Ingressos públicos: conceito, classificação, tipos .....	70

24. Fontes de financiamento público.....	72
25. Tributação: preços e eficiência econômica, incidência tributária, perda de peso morto .....	74
26. Carga tributária: conceito, composição, evolução no Brasil .....	76
27. Princípios de descentralização fiscal: transferências intergovernamentais: classificação e critérios .....	78

## Fluência em dados

1. Conceitos, atributos, métricas, transformação de Dados. Análise de dados. Agrupamentos. Tendências. Projeções .....	87
2. Conceitos de Analytics .....	88
3. Aprendizado de Máquina. Inteligência Artificial. Processamento de Linguagem Natural .....	88
4. Governança de Dados: conceito, tipos (centralizada, compartilhada e colegiada) .....	91
5. Big Data. Big Data em relação a outras disciplinas. Ciência dos dados. Ciclo de vida do processo de ciência de dados. Papeis dos envolvidos em projetos de Ciência de dados e Big Data. Arquitetura de Big Data. Modelos de entrega e distribuição de serviços de Big Data. Plataformas de computação em nuvem para Big Data. Soluções para Big Data. ....	92
6. Computação em nuvens .....	95
7. Linguagens de programação para ciência de dados: linguagem Python e R .....	98
8. Ciência de dados: Importância da informação. Bancos de dados não relacionais: bancos de dados NoSQL; Modelos Nosql. Principais SGBD's .....	105

## Direito Constitucional

1. Teoria Geral do Estado .....	121
2. Os poderes do Estado e as respectivas funções.....	124
3. Teoria geral da Constituição: Conceito; Origens; Conteúdo; Estrutura; Classificação; Tipos de Constituição; Poder constituinte .....	128
4. Supremacia da Constituição.....	135
5. Os princípios constitucionais; Dos princípios fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil .....	136
6. Constituição: Interpretação e controle de constitucionalidade; Normas constitucionais e inconstitucionais; Competência dos tribunais; Efeitos da decisão no controle de constitucionalidade .....	137
7. Emenda, reforma e revisão constitucional .....	144
8. Hierarquia das normas jurídicas .....	145
9. Dos direitos e garantias fundamentais.....	146
10. Da organização do Estado político-administrativo: Da Administração Pública; Dos servidores públicos civis.....	156
11. A organização dos Poderes: O Poder Legislativo; A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; O Controle Externo e os Sistemas de Controle Interno; Tribunal de Contas da União .....	162
12. O Poder Executivo: O Presidente e o Vice-Presidente da República; As atribuições do Presidente da República; A responsabilidade do Presidente da República; Os Ministros de Estado .....	168
13. O Poder Judiciário: Disposições Gerais; O Supremo Tribunal Federal; O Superior Tribunal de Justiça .....	171
14. O Ministério Público .....	185
15. A defesa do Estado e das instituições democráticas.....	189
16. Da tributação e do orçamento: Sistema Tributário Nacional; Das finanças públicas; Do orçamento .....	192
17. Da ordem social .....	217
18. Das disposições gerais .....	232
19. Das disposições constitucionais transitórias.....	234

## Direito Previdenciário

1. Aspectos teóricos e conceituais da Seguridade Social e Previdência Social .....	267
2. Seguridade Social: Origem e evolução legislativa no Brasil; Conceituação; Organização e princípios constitucionais.....	267
3. Legislação previdenciária: Conteúdo, fontes, autonomia; Aplicação das normas previdenciárias; Vigência, hierarquia, interpretação e integração; Orientação dos tribunais superiores .....	273
4. Regime Geral de Previdência Social: Princípios e objetivos; O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS); . Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu enfoque jurídico, atualizada até a data do edital (Lei do custeio); Segurados obrigatórios; Filiação e inscrição; Conceito, características e abrangência de: empregado, empregado doméstico, empresário, contribuinte individual, equiparado ao contribuinte individual, microempreendedor individual (MEI), trabalhador avulso e segurado especial e Segurado facultativo; Conceito, características, filiação e inscrição de: Dependentes.....	282
5. Trabalhadores excluídos do Regime Geral .....	300
6. Empresa e empregador doméstico: conceito previdenciário .....	306
7. Financiamento da seguridade social: Receitas da União; Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, de concursos de prognósticos e de outras fontes; Salário de contribuição; Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não integrantes; Limites mínimo e máximo; Salário-base: enquadramento, fracionamento, progressão e regressão; Proporcionalidade; Reajustamento; Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à seguridade social; Obrigações da empresa e demais contribuintes; Prazo de recolhimento.....	312
8. Responsabilidade solidária: conceito, natureza jurídica e características: Aplicação na construção civil, na cessão de mão de obra e em grupo econômico .....	319
9. Isenções e parcelamentos de contribuições: requisitos, manutenção e perda .....	326
10. Crimes contra a seguridade social .....	332
11. Infrações à legislação previdenciária .....	337
12. Questão do equilíbrio financeiro da Previdência Social.....	343
13. Problemas estruturais da Previdência Social .....	350

## Direito Tributário

1. Competência Tributária; Imunidades; Capacidade Tributária.....	361
2. Limitações Constitucionais do Poder de Tributar.....	363
3. Conceito e Classificação dos Tributos; Tributos de Competência da União; Tributos de Competência dos Municípios; Tributos de Competência dos Estados; Princípios Constitucionais Tributários.....	364
4. Legislação Tributária .....	390
5. Fontes do Direito Tributário.....	391
6. Vigência da Legislação Tributária; Aplicação da Legislação Tributária; Interpretação e Integração da Legislação Tributária; Interpretação econômica do Direito Tributário; Solidariedade .....	393
7. Obrigação Tributária Principal e Acessória; Fato Gerador da Obrigação Tributária; Sujeição Ativa e Passiva; Domicílio Tributário; Responsabilidade Tributária; Conceito; Responsabilidade dos Sucessores; Responsabilidade por Infrações ...	395
8. Crédito Tributário. Conceito; Constituição do Crédito Tributário; Extinção do Crédito Tributário; Modalidades; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário; Garantias e Privilégios do Crédito Tributário; Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário. Modalidades.....	399
9. Lançamento. Modalidades de Lançamento; Hipóteses de alteração do lançamento .....	406
10. Pagamento Indevido .....	407
11. Administração Tributária; Dívida Ativa; Certidões Negativas.....	407
12. Sigilo Fiscal.....	410

## ÍNDICE

13. Processo Administrativo Fiscal (Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972) .....	415
14. Crimes contra a ordem tributária (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965).....	423
15. Ação cautelar fiscal .....	426
16. A Lei de Liberdade Econômica e sua mitigação perante o Direito Tributário (Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019)	432
17. Tributação no regime falimentar .....	440
18. Planejamento Tributário .....	446
19. Abuso de formas .....	452

## Comércio Internacional

1. Fundamentos Econômicos de Comércio: Principais Teorias do Comércio Internacional; Política Econômica em Economias Abertas; Mercados Internacionais; Balanço de Pagamentos; Evolução do Sistema Monetário Internacional .....	465
2. Comércio Internacional: Conceitos Básicos de Comércio Internacional; GATT; Protecionismo; Barreiras Comerciais e Desenvolvimento; Integração Comercial; Zona de Preferência Tarifária, Área de Livre Comércio e União Aduaneira; ALALC, ALADI, Comunidade Andina de Nações; OMC e Acordos da Rodada Uruguai; Acordo Constitutivo da OMC; Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – 1994; Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio.; Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral – Antidumping; Acordo sobre a Implementação do Artigo VII do Acordo Geral – Valoração Aduaneira; Acordo sobre Inspeção Pré-embarque; Acordo sobre Regras de Origem; Acordo sobre Procedimentos para o Licenciamento de Importações; Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias; Acordo de Salvaguardas; OMC na Rodada de Doha; Acordo sobre Facilitação de Comércio .....	470
3. Mercosul: Estrutura Institucional, Composição e Objetivos; Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum; Protocolo de Ouro Preto (Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul; Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul .....	474
4. Políticas de Comércio Exterior e Tratamento Administrativo: Políticas de Comércio Exterior do Brasil; Órgãos Nacionais Intervenientes do Comércio Exterior do Brasil; Financiamento às Exportações; Incentivos à Exportação; Aspectos Administrativos na Exportação e Importação .....	475
5. Câmbio, Pagamento e Seguros no Comércio Internacional: Pagamentos Internacionais e Mercado de Câmbio Brasileiro; Fatores e Determinação da Taxa de Câmbio; Capitais Internacionais; Modalidades ou Métodos de Pagamento; Contratação de Câmbio; Trava, Deságio, Prêmio, Desconto; Liquidação, Alteração, Prorrogação, Cancelamento e Baixa de contrato de câmbio; Despesas Bancárias; Comissão de agentes; Disponibilidades no Exterior; Pagamentos usados na exportação e na importação; Aspectos Fiscais nas Operações de câmbio; Seguros Internacionais .....	478
6. Logística Internacional: Integração das funções logísticas e Supply Chain; Termos Comerciais Internacionais – Incoterms; Tipos de carga; Sistema de Transporte Internacional; Custos Logísticos; Multimodalidade; Operadores Logísticos Internacionais .....	483
7. Aspectos Tributários: Classificação Fiscal de Mercadorias; Tarifa Externa Comum; Regime de Origem do Mercosul.....	487

## Material Digital

### Direito Administrativo

1. Administração pública: princípios básicos .....	5
2. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder .....	9
3. Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação .....	16
4. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista; Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação .....	29
5. Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005) .....	35

## ÍNDICE

6. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.....	38
7. Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar .....	41
8. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).....	67
9. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo .....	73
10. Responsabilidade extracontratual do Estado.....	77
11. Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) .....	80
12. Nova Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública (Lei nº 14.133/2021) .....	90
13. Serviços públicos: Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade; Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão .....	134
14. Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso .....	146
15. Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa .....	148
16. Terceiro Setor: Entes paraestatais.....	151
17. Lei Geral de Proteção a Dados (Lei nº 13.709/2018) .....	153

## Legislação Tributária

1. Imposto sobre a Importação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	173
2. Imposto sobre a Exportação: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	178
3. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Competência e sujeito ativo; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração .....	184
4. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Critérios orientadores; Renda e Proventos. Conceito; Disponibilidade Econômica ou jurídica; Acréscimo patrimonial; Tributação das pessoas físicas; Fato Gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Deduções; Tributação exclusiva; Sistema de bases correntes; Recolhimento mensal obrigatório (carnê-leão); Tributação Definitiva; Ajuste Anual; Tributação das pessoas jurídicas; Fato gerador; Contribuintes; Responsáveis; Base de cálculo; Despesas dedutíveis e indedutíveis; Lucro real; Lucro presumido; Lucro arbitrado; Lucros, rendimentos e ganhos de capital obtidos no exterior; Preço de transferência; Investimentos em sociedades coligadas e controladas avaliados pelo método do patrimônio líquido; Reorganizações societárias; Tributação na fonte; Regime de caixa e regime de competência; Apuração.....	190
5. Imposto sobre Produtos Industrializados: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo .....	197
6. Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF: Princípios e regras constitucionais aplicáveis ao imposto; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	203
7. Contribuições Sociais: Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições sociais; Contribuição para o PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Princípios e regras constitucionais aplicáveis às contribuições; Regime de apuração cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração; Regime de apuração não cumulativa; Fato gerador; Contribuinte; Créditos; Base de cálculo; Apuração .....	212
8. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração .....	218
9. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide-Combustíveis (Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração.....	224

10. Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação (Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000); Princípios e regras constitucionais aplicáveis à contribuição; Fato gerador; Contribuinte; Base de cálculo; Apuração..... 227

## Legislação Aduaneira

1. Jurisdição Aduaneira: Território Aduaneiro; Portos, Aeroportos e Pontos de Fronteira Alfandegados; Alfandegamento; Recintos Alfandegados; Administração Aduaneira ..... 239
2. Controle Aduaneiro de Veículos ..... 242
3. Impostos, Taxas e Contribuições na Importação e na Exportação: Imposto de Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes e Responsáveis; Pagamento e Depósito; Restituição e Compensação; Isenções e Reduções; Imunidade de livros, jornais e periódicos e do papel destinado à sua impressão; Imposto de Exportação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuintes; Pagamento; Isenções; Incentivos Fiscais na Exportação; Imposto sobre Produtos Industrializados vinculados à Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Cálculo; Contribuinte; Prazo de Recolhimento; Isenções; Imunidades de Livros, Jornais e Periódicos e do Papel Destinado à sua Impressão; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação; Incidência; Fato Gerador; Base de Cálculo; Contribuintes e Responsáveis Solidários; Isenções; Pagamento; Suspensão do Pagamento; Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na Importação de Cigarros; Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis (CIDE-Combustíveis); Incidência; Fato Gerador; Contribuinte e Responsável Solidário; Base de Cálculo; Alíquota; Pagamento; Isenções; Taxa de Utilização do Siscomex ..... 248
4. Regimes Aduaneiros Especiais e Aplicados em Áreas Especiais: Trânsito Aduaneiro; Admissão Temporária; Admissão Temporária para Aperfeiçoamento Ativo; Drawback; Entrepasto Aduaneiro; Regime de Entrepasto Aduaneiro sob Controle Aduaneiro Informatizado – Recof; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Insumos Destinados a Industrialização por Encomenda de Produtos Classificados nas Posições 8701 a 8705 da NCM – Recom; Exportação Temporária; Exportação Temporária para Aperfeiçoamento Passivo; Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural – Repetro; Regime Aduaneiro Especial de Importação de Petróleo Bruto e seus Derivados – Repex; Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária – Reporto; Loja Franca; Depósito Especial; Depósito Afiançado; Depósito Alfandegado Certificado; Regimes Aduaneiros Aplicados em Áreas Especiais; Zona Franca de Manaus; Áreas de Livre Comércio; Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) ..... 260
5. Controle Aduaneiro de Mercadorias: Despacho Aduaneiro; Despacho de Importação; Despacho de Exportação; Casos Especiais; Revisão Aduaneira; Normas Especiais; Mercadorias provenientes de naufrágio e outros acidentes; Abandono de Mercadoria ou de Veículo; Avaria, Extravio e Acréscimo; Mercadorias presumidas idênticas; Tráfego Postal; Tráfego de Cabotagem ..... 275
6. Infrações e Penalidades Aduaneiras: Pena de perdimento; Multas; Sanções Administrativas; Relevação de penalidades; Representação Fiscal para Fins Penais; Infrações praticadas pelos Órgãos da Administração Pública ..... 280
7. Crédito Tributário, Processo Fiscal e Controle Administrativo Específico da Área Aduaneira: Crédito Tributário; Lançamento de ofício; Acréscimos Legais; Decadência e Prescrição; Termo de Responsabilidade; Processo Fiscal; Processo de determinação e exigência de crédito tributário; Processo de perdimento; Processo de aplicação de penalidade pelo transporte rodoviário de mercadoria sujeita a pena de perdimento; Processo de aplicação de sanções administrativas aos intervenientes nas operações de comércio exterior; Processos de aplicação e de exigências dos direitos antidumping e compensatórios; Processos de consulta; Controle Administrativo Específico; Destinação de mercadorias; Controle de processos e de declarações; Atividades relacionadas aos serviços aduaneiros; Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF) ..... 297

### Atenção

- Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

# LÍNGUA PORTUGUESA

**ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA**

## INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

### ► Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação

mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

### ► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Identificar essas informações implícitas requer que o leitor esteja atento aos detalhes e que compreenda as nuances do texto. Para isso, é necessário considerar o contexto da comunicação, o estilo do autor e os elementos subjacentes à mensagem principal. Essa habilidade é essencial para a compreensão crítica, uma vez que muitos autores utilizam a implicitude como uma estratégia retórica para influenciar o leitor ou apresentar uma informação de forma sutil.

Por exemplo, em um texto jornalístico que descreve um político como “seguro de si”, a escolha de palavras pode sugerir uma avaliação positiva de sua postura, mesmo que essa interpretação não esteja explicitamente afirmada. O leitor deve, portanto, inferir o posicionamento do autor em relação ao político com base no uso desse tipo de adjetivo.

### ► Distinção entre Fato e Opinião

Uma das habilidades mais importantes para o desenvolvimento de uma leitura crítica é a capacidade de distinguir entre fato e opinião. Essa distinção é crucial para avaliar a confiabilidade e a objetividade de um texto, além de ser fundamental para a análise de argumentos e a formação de um julgamento próprio sobre o tema abordado.

▪ **Fatos:** são afirmações que podem ser verificadas e comprovadas por meio de evidências ou dados concretos. Eles descrevem a realidade de maneira objetiva, sem a interferência das crenças ou sentimentos do autor. Um exemplo de fato seria: “O Brasil é o maior país da América do Sul.” Esse tipo de afirmação pode ser checado por meio de dados geográficos e não depende de interpretações pessoais.

▪ **Opiniões:** por outro lado, expressam julgamentos, crenças, sentimentos ou interpretações subjetivas do autor. São afirmações que não podem ser comprovadas de maneira objetiva, pois refletem um ponto de vista pessoal. Um exemplo de opinião seria: “O Brasil é o melhor país da América do Sul.” Essa afirmação reflete uma avaliação subjetiva, que pode variar de pessoa para pessoa.

A distinção entre fato e opinião é especialmente importante em textos argumentativos e jornalísticos, onde o autor pode misturar informações factuais com juízos de valor. Muitas vezes, as opiniões são apresentadas de maneira implícita, e cabe ao leitor reconhecer essa subjetividade. É essencial que o leitor desenvolva uma leitura crítica, capaz de identificar quando o autor está se baseando em dados verificáveis e quando está expressando uma interpretação pessoal ou tentando influenciar o leitor por meio de opiniões.

Essa distinção também é importante para a avaliação da imparcialidade de um texto. Um artigo que mistura fatos e opiniões sem distingui-los claramente pode levar o leitor a acreditar que uma opinião é um fato, o que pode comprometer a interpretação correta do texto. Saber separar os dois é uma habilidade fundamental para uma leitura madura e crítica, pois permite ao leitor questionar as afirmações e formar seu próprio julgamento a partir de evidências concretas.

A compreensão interpretativa é um componente essencial da leitura crítica e avançada. Ela exige do leitor não apenas a capacidade de identificar as informações explícitas, mas também de interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre fatos e opiniões. Compreender o propósito do autor ajuda o leitor a interpretar o texto de maneira contextualizada, captando suas intenções comunicativas.

A habilidade de identificar informações implícitas permite ao leitor ir além da superfície do texto, captando significados escondidos ou sugeridos. Por fim, a capacidade de fazer a distinção entre fato e opinião é crucial para a formação de leitores críticos, capazes de avaliar a veracidade e a objetividade de um texto.

Essas habilidades são fundamentais para a construção de uma leitura ativa e reflexiva, onde o leitor não é apenas um receptor passivo de informações, mas um participante ativo no processo de interpretação e construção de sentido. Ao dominar essas ferramentas, o leitor torna-se capaz de extrair o máximo de significado de um texto, participando de maneira mais consciente e crítica no diálogo com a informação escrita.

Ao escrever, é essencial considerar a situação de escrita proposta. Existem inúmeras situações de comunicação, e seu texto pode se organizar de diferentes maneiras, dependendo do contexto e do objetivo comunicativo.

Há casos em que a linguagem é empregada de forma mais convencional. Por exemplo, ao ensinar alguém a preparar um bolo, a linguagem geralmente se apresenta como uma receita.

Se o propósito for promover ou vender um produto, utilizamos anúncios publicitários. Já se a intenção é informar a população sobre um acontecimento, recorreremos à notícia. Em outras palavras, a variedade de situações de comunicação resulta em diferentes maneiras de utilizar a linguagem.

Existem aquelas situações que se constituem por elementos verbais (representados pela imagem de um livro, uma pena e papel), outras por elementos visuais (como a câmera fotográfica, a paleta com pincel, e as máscaras do teatro mudo), outras ainda pelo elemento vocal (ilustradas por notas musicais e instrumentos), e também aquelas que integram esses três tipos de linguagem (como o cinema e o teatro). Em cada uma dessas situações, a linguagem assume formas e conteúdos específicos e característicos.

Esses tipos de textos que usamos frequentemente em nosso dia a dia, conforme as variadas situações comunicativas, são chamados de gêneros textuais. Eles se referem à forma como a língua se organiza nos textos nas interações sociais.

Com o passar do tempo, diferentes gêneros foram desenvolvidos em função das diversas situações socioculturais e comunicativas. Cada um possui uma organização particular da linguagem, com um conteúdo (assunto) característico da respectiva situação comunicativa, podendo ser mais aberto ou mais restrito ao estilo (marca pessoal) do autor.

Vale ressaltar que um texto não precisa se limitar a um único gênero textual, embora geralmente um deles prevaleça. Textos, tanto orais quanto escritos, que têm o propósito de estabelecer algum tipo de comunicação, possuem características básicas que permitem identificar seu gênero textual. Entre essas características estão o tipo de assunto abordado, quem é o emissor, quem é o receptor, a finalidade do texto, e o tipo de texto (se é narrativo, argumentativo, instrucional, etc.).

#### ► Distinguindo

Há diferentes nomenclaturas [O gênero textual também pode ser chamado de gênero discursivo. Essa variação ocorre conforme a perspectiva teórica adotada: uma ênfase questões ideológicas e sociais discursivas, enquanto a outra se concentra mais na forma. Neste momento, não vamos aprofundar essa distinção.] relacionadas aos gêneros, mas nem todas significam a mesma coisa.

É fundamental diferenciar o que é gênero textual, gênero literário e tipo textual. Cada uma dessas classificações está relacionada aos textos, mas possuem significados totalmente distintos. A seguir, veja uma breve explicação sobre o que são gênero literário e tipo textual:

▪ **Gêneros Textuais:** referem-se às formas de estruturação dos textos conforme as diferentes situações de comunicação. Eles podem surgir em diversos contextos comunicativos (literário, jornalístico, digital, judiciário, entre outros). Exemplos de gêneros textuais incluem: romance, conto, receita, notícia, bula de remédio.

▪ **Gênero Literário:** trata-se dos gêneros textuais nos quais a forma, o estilo autoral e a organização da linguagem possuem uma preocupação estética. Eles são classificados conforme sua estrutura, podendo ser do gênero lírico, dramático ou épico. Pode-se dizer que todo gênero literário é um gênero textual, mas nem todo gênero textual é um gênero literário.

# LÍNGUA INGLESA

## CONHECIMENTO E USO DAS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LINGUAGEM INGLESA

O domínio da língua inglesa não se limita apenas ao conhecimento de regras gramaticais e ao vocabulário formal ensinado nos livros didáticos. Com a rápida evolução da sociedade e da tecnologia, a linguagem inglesa também tem passado por mudanças significativas. As formas contemporâneas da língua são influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo cultura pop, mídias sociais, avanços tecnológicos e globalização. Vamos explorar esses elementos e entender como o inglês moderno se difere em muitos aspectos do inglês “tradicional”.

### Influência da Cultura Pop e Mídias Sociais

As músicas, filmes, séries de televisão e redes sociais têm um impacto significativo sobre como a língua inglesa é usada hoje em dia. Por exemplo, termos como “ghosting” (ignorar alguém intencionalmente) ou “FOMO” (Fear of Missing Out; medo de ficar por fora) são produtos diretos da cultura contemporânea.

### Abreviações e Neologismos

Em um mundo acelerado e digitalizado, a eficiência muitas vezes dita as regras da comunicação. Isso é evidenciado pelo uso frequente de abreviações como “IDK” (I Don’t Know; eu não sei) ou “BRB” (Be Right Back; já volto). Neologismos, ou novas palavras, também surgem continuamente para descrever novos conceitos ou fenômenos, como “webinar” (uma combinação de web e seminar; seminário na web) ou “meme” (uma ideia ou comportamento viral).

### Flexibilidade Gramatical

Embora as regras gramaticais não tenham mudado drasticamente, há uma crescente aceitação de formas mais flexíveis e menos formais em contextos não acadêmicos ou profissionais. Por exemplo, a duplicação de intensificadores como em “very very good” ou o uso de “they” como um pronome singular de gênero neutro.

### A Globalização e Variações Regionais

O inglês não é mais apenas uma língua do mundo ocidental. Ele é falado globalmente e, conseqüentemente, absorveu várias palavras e expressões de outras línguas e culturas. Além disso, diferentes regiões têm suas próprias variações do inglês, como o “Hinglish” na Índia, que é uma mistura de inglês com hindi.

### A Importância de Se Adaptar

Manter-se atualizado com as formas contemporâneas da língua inglesa é crucial, especialmente para os profissionais e estudantes que desejam se comunicar eficazmente em um

ambiente globalizado. Isso não significa abandonar o conhecimento do inglês formal, mas sim complementá-lo com o domínio de formas mais atuais e contextuais.

### A Dinamicidade do Inglês Contemporâneo

O inglês contemporâneo é uma entidade viva e em constante evolução. Sua riqueza não reside apenas em sua gramática e vocabulário estabelecidos, mas também em sua capacidade de se adaptar e crescer em resposta às mudanças na sociedade e na tecnologia.

Compreender e utilizar as formas contemporâneas da língua não é apenas uma habilidade útil, mas também um passo necessário para se tornar verdadeiramente proficiente e contextualmente sensível em inglês. O domínio dessas formas modernas permite uma comunicação mais rica, mais precisa e mais eficaz, tornando-se um componente indispensável para qualquer pessoa séria sobre a aprendizagem e o uso do inglês no mundo atual.

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VARIADOS: DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS, RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

## DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo):** composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo):** formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (*idiomatic expressions*), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo “actually” em inglês significa “na verdade” e não “atualmente”, o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (*grammar structures*) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (*verb tenses*), vozes ativa e passiva (*active and passive voice*), uso de modais (*modal verbs*), estruturas condicionais (*conditional sentences*) e conjunções (*conjunctions*) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase “If I had known about the meeting, I would have attended,” o leitor deve reconhecer que se trata de uma *third conditional sentence*, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

### RELAÇÕES INTRATEXTUAIS: COESÃO E COERÊNCIA NO TEXTO

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação):** termos como “however,” “therefore,” “although,” “in addition” ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como “he,” “she,” “it,” “this,” “that” mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.
- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse):** permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.
- **Lexical cohesion (coesão lexical):** uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

▪ Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como “pollution,” “contamination,” “environmental damage,” e “ecosystem degradation” criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

▪ A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

▪ Por exemplo, ao ler um texto que começa com “Global warming has severe impacts on biodiversity” e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

▪ Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

### INTERTEXTUALIDADE NO PROCESSO DE LEITURA

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase):** ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.

# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

**ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES. LÓGICA: PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS, EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS, QUANTIFICADORES E PREDICADOS. FORMAÇÃO DE CONCEITOS, DISCRIMINAÇÃO DE ELEMENTOS**

A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

## LÓGICA PROPOSICIONAL

Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

### ► Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- Verdadeiro (V), caso a proposição seja verdadeira.
- Falso (F), caso a proposição seja falsa.

Esse fato faz com que cada proposição seja considerada uma declaração monovalente, pois admite apenas um valor lógico: verdadeiro ou falso.

### ► Axiomas fundamentais

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

▪ **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples:  $p \equiv p$ . Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

▪ **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

▪ **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.” Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

### ► Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

#### Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

#### Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

### ► Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

#### Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

#### Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo: P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

► **Classificação de Frases**

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

- **“O céu é azul.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Quantos anos você tem?”** – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).
- **“João é alto.”** – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).
- **“Seja bem-vindo!”** – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).
- **“ $2 + 2 = 4$ .”** – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).
- **“Ele é muito bom.”** – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- **“Choveu ontem.”** – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- **“Esta frase é falsa.”** – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- **“Abra a janela, por favor.”** – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- **“O número  $x$  é maior que 10.”** – Sentença aberta (não se sabe o valor de  $x$ )

Exemplo: (CESPE)

Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão  $x + y$  é positiva.
- O valor de  $\sqrt{4} + 3 = 7$ .
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
  - (B) Não sabemos os valores de  $x$  e  $y$ , então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
  - (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
  - (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
  - (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- Resposta: B.

# ESTATÍSTICA

## ESTATÍSTICA DESCRITIVA. MÉDIA, MODA, MEDIANA E DESVIO PADRÃO

### ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A estatística é uma ciência que se dedica à coleta, organização, análise, interpretação e apresentação de dados. Seu papel é fundamental em diversas áreas do conhecimento, como economia, saúde, educação, engenharia, entre outras, permitindo transformar dados brutos em informações relevantes para a tomada de decisões e a resolução de problemas.

A estatística descritiva é uma das principais ramificações da estatística e tem como objetivo resumir e organizar grandes quantidades de dados de forma clara e acessível. Utilizando ferramentas, essa abordagem permite identificar padrões e tendências, além de simplificar a apresentação dos dados, tornando-os mais compreensíveis e úteis para análises. Vejamos essas ferramentas:

### MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL

As medidas de tendência central são estatísticas que resumem um conjunto de dados, representando o ponto central em torno do qual os dados estão distribuídos. Essas medidas são fundamentais na análise estatística, pois fornecem uma visão concisa da informação contida em uma grande quantidade de dados. As três medidas de tendência central mais comuns são a média aritmética, a mediana e a moda.

#### ► Média aritmética ( $\bar{x}$ )

A média aritmética nos permite resumir um conjunto de números em um único valor representativo. Existem dois tipos principais de média: a média aritmética simples e a média aritmética ponderada.

#### Média simples

A média aritmética simples é calculada somando todos os valores de um conjunto e dividindo essa soma pelo número total de elementos. Ela é utilizada quando todos os valores têm a mesma importância.

Fórmula:

$$\bar{x} = \frac{\sum x_i}{n}$$

Onde:

- $\bar{x}$  é a média aritmética.
- $\sum x_i$  é a soma de todos os valores do conjunto.

- $n$  é o número total de elementos.

Exemplo: Calcule a média das notas de cinco alunos em uma prova. As notas são:

Aluno	Nota
Aluno 1	6,0
Aluno 2	7,5
Aluno 3	8,0
Aluno 4	9,0
Aluno 5	7,0

Primeiro somamos todas as notas

$$6,0 + 7,5 + 8,0 + 9,0 + 7,0 = 37,5$$

Agora dividimos a soma pelo número de alunos

$$\bar{x} = \frac{37,5}{5} = 7,5.$$

Portanto, a média simples das notas é 7,5.

#### Média Ponderada

A média ponderada é usada quando cada valor possui um “peso” diferente, representando a sua importância relativa. Cada valor é multiplicado pelo seu peso antes de somar e dividir pelo total dos pesos.

Fórmula:

$$\bar{x}_p = \frac{\sum (x_i \cdot p_i)}{\sum p_i}$$

Onde:

- $\bar{x}_p$  é a média ponderada.
- $x_i$  são os valores do conjunto.
- $p_i$  são os pesos atribuídos a cada valor.
- $\sum (x_i \cdot p_i)$  é a soma dos produtos dos valores pelos seus respectivos pesos.
- $\sum p_i$  é a soma dos pesos.

Exemplo: Um aluno realizou três avaliações em uma disciplina, e cada avaliação tem um peso diferente na composição da média final. Calcule a média ponderada:

Avaliação	Nota	peso
Avaliação 1	7,0	2
Avaliação 2	8,0	3
Avaliação 3	9,0	5

Primeiro multiplicamos cada nota pelo seu peso:

$$7,0 \times 2 = 14,0$$

$$8,0 \times 3 = 24,0$$

$$9,0 \times 5 = 45,0$$

somamos os produtos obtidos:

$$14,0 + 24,0 + 45,0 = 83,0$$

somamos todos os pesos:

$$2 + 3 + 5 = 10$$

agora dividimos a soma dos produtos pela soma dos pesos

$$x_p = \frac{83}{10} = 8,3$$

Portanto, a média ponderada é 8,3.

#### ► Mediana (Md)

A mediana é um valor estatístico que representa o ponto médio de um conjunto de dados organizados em ordem crescente ou decrescente. Ela divide o conjunto ao meio, de forma que metade dos elementos é menor ou igual à mediana e a outra metade é maior ou igual à mediana. Existem duas situações a serem consideradas ao determinar a mediana: quando o número de elementos (n) é ímpar e quando é par.

▪ **Conjunto com n Ímpar:** Quando o número de elementos do conjunto é ímpar, a mediana é o elemento que se encontra no meio do conjunto, ou seja, aquele que tem o mesmo número de valores à sua frente e atrás.

▪ **Conjunto com n Par:** Quando o número de elementos do conjunto é par, a mediana é a média aritmética dos dois valores centrais do conjunto.

Exemplo 1: Determine a mediana do conjunto de dados {12, 3, 7, 10, 21, 18, 23}

Primeiro ordenamos os dados em ordem crescente:

$$3, 7, 10, 12, 18, 21, 23$$

agora determinamos a mediana:

Neste conjunto, temos 7 elementos (n = 7), que é um número ímpar. O valor que está no meio é 12.

Portanto, a mediana é Md = 12.

Exemplo 2: Determine a mediana do conjunto de dados {10, 12, 3, 7, 18, 23, 21, 25}.

Primeiro ordenamos os dados em ordem crescente:

$$3, 7, 10, 12, 18, 21, 23, 25$$

agora determinamos a mediana:

Neste conjunto, temos 8 elementos (n = 8), que é um número par. Os valores centrais são 12 e 18.

Calculamos a média dos valores centrais

$$Md = \frac{12+18}{2} = 15$$

Portanto, a mediana é 15.

#### ► Moda (Mo)

A moda é o valor que aparece com mais frequência em um conjunto de dados. Dependendo da distribuição dos valores, um conjunto pode ter:

▪ **Nenhuma moda:** Quando todos os valores ocorrem com a mesma frequência.

▪ **Uma moda:** Quando um único valor se destaca por aparecer mais vezes que os demais.

▪ **Múltiplas modas:** Quando dois ou mais valores têm a mesma frequência máxima, caracterizando um conjunto multimodal.

Exemplo 1: Considere o conjunto de dados {3, 8, 8, 8, 6, 9, 31}.

Aqui, o número 8 aparece três vezes, que é mais do que qualquer outro valor no conjunto.

Portanto, a moda é 8

Exemplo 2: Considere o conjunto de dados {1, 2, 9, 6, 3, 5}.

Neste caso, cada número aparece exatamente uma vez, sem nenhuma repetição.

Portanto, a moda não existe

### MEDIDAS DE DISPERSÃO

As medidas de dispersão são estatísticas que indicam o grau de variação ou espalhamento dos dados em torno de uma medida de tendência central, como a média. Elas são fundamentais para a análise de conjuntos de dados, uma vez que duas distribuições com médias idênticas podem apresentar dispersões muito diferentes. As principais medidas de dispersão são: amplitude, variância, desvio padrão, desvio médio e coeficiente de variação.

#### ► Amplitude Total

A amplitude é a medida mais simples de dispersão. Ela calcula a diferença entre o maior e o menor valor de um conjunto de dados.

Fórmula:

$$A = x_{max} - x_{min}$$

Onde:

▪ A é a amplitude total.

▪  $x_{max}$  é o maior valor do conjunto de dados.

▪  $x_{min}$  é o menor valor do conjunto de dados.

Exemplo: Considere o conjunto de dados: {3, 4, 5, 4, 7, 8, 8}.

$$A = 8 - 3 = 5$$

# ADMINISTRAÇÃO GERAL

## TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO E DAS ORGANIZAÇÕES

### PRINCIPAIS ABORDAGENS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁSSICA ATÉ CONTINGENCIAL)

É importante perceber que ao longo da história a Administração teve abordagens e ênfases distintas. Apesar de existir há pouco mais de 100 (cem) anos, como todas as ciências, a Administração evoluiu seus conceitos com o passar dos anos.

De acordo com o Professor Idalberto Chiavenato (escritor, professor e consultor administrativo), a Administração possui 7 (sete) abordagens, onde cada uma terá seu aspecto principal e agrupamento de autores, com seu enfoque específico. Uma abordagem, poderá conter 2 (duas) ou mais teorias distintas. São elas:

**1. Abordagem Clássica:** que se desdobra em Administração científica e Teoria Clássica da Administração.

**2. Abordagem Humanística:** que se desdobra principalmente na Teoria das Relações Humanas.

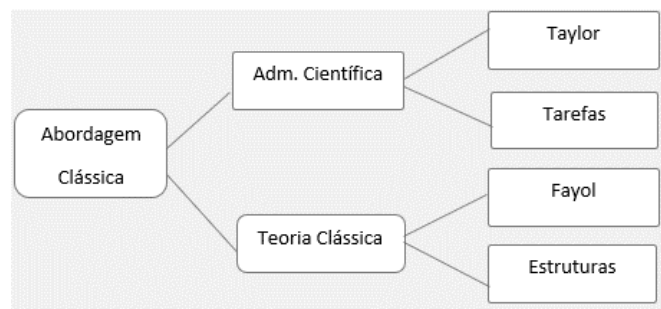
**3. Abordagem Neoclássica:** que se desdobra na Teoria Neoclássica da Administração, dos conceitos iniciais, processos administrativos, como os tipos de organização, departamentalização e administração por objetivos (APO).

**4. Abordagem Estruturalista:** que se desdobra em Teoria Burocrática e Teoria Estruturalista da Administração.

**5. Abordagem Comportamental:** que é subdividida na Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (DO).

**6. Abordagem Sistêmica:** centrada no conceito cibernético para a Administração, Teoria Matemática e a Teoria de Sistemas da Administração.

**7. Abordagem Contingencial:** que se desdobra na Teoria da Contingência da Administração.



#### ► Origem da Abordagem Clássica

- 1 — O crescimento acelerado e desorganizado das empresas:
  - Ciência que substituiu o empirismo;

- Planejamento de produção e redução do imprevisto.
- 2 — Necessidade de aumento da eficiência e a competência das organizações:

- Obtendo melhor rendimento em face da concorrência;
- Evitando o desperdício de mão de obra.

#### ► Abordagem Científica – ORT (Organização Racional do Trabalho)

- Estudo dos tempos e movimentos;
- Estudo da fadiga humana;
- Divisão do trabalho e especialização;
- Desenho de cargo e tarefas;
- Incentivos salariais e premiação de produção;
- Homo Economicus;
- Condições ambientais de trabalho;
- Padronização;
- Supervisão funcional.

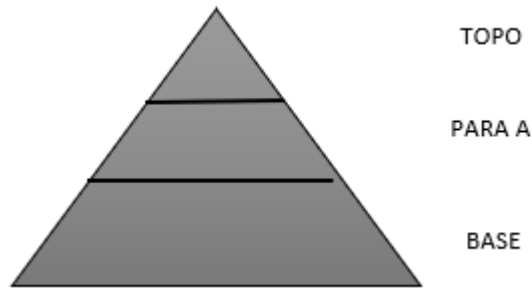
▪ **Aspectos da conclusão da Abordagem Científica:** A percepção de que os coordenadores, gerentes e dirigentes deveriam se preocupar com o desenho da divisão das tarefas, e aos operários cabia única e exclusivamente a execução do trabalho, sem questionamentos, apenas execução da mão de obra.

- Comando e Controle: o gerente pensa e manda e os trabalhadores obedecem de acordo com o plano.
- Uma única maneira correta (the best way).
- Mão de obra e não recursos humanos.
- Segurança, não insegurança. As organizações davam a sensação de estabilidade dominando o mercado.

#### ► Teoria Clássica

- Aumento da eficiência melhorando a disposição dos órgãos componentes da empresa (departamentos);
- Ênfase na anatomia (estrutura) e na fisiologia (funcionamento);
- Abordagem do topo para a base (nível estratégico tático);
- Do todo para as partes.

## AMOSTRA



Diferente do processo neoclássico, na Teoria Clássica temos 5 (cinco) funções – POC3:

- Previsão ao invés de planejamento: Visualização do futuro e traçar programa de ação.
- Organização: Constituir a empresa dos recursos materiais e social.
- Comando: Dirigir e orientar pessoas.
- Coordenação: Ligação, união, harmonizar todos os esforços coletivamente.
- Controle: Se certificar de que tudo está ocorrendo de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

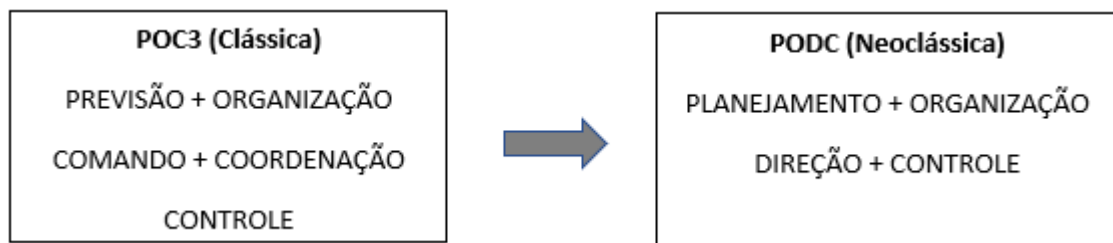
### ► Princípios da Teoria Clássica

- Dividir o trabalho;
- Autoridade e responsabilidade;
- Disciplina;
- Unidade de comando;
- Unidade de direção;
- Subordinação dos interesses individuais aos gerais;
- Remuneração do pessoal;
- Centralização;
- Cadeia escalar;
- Ordem;
- Equidade;
- Estabilidade do pessoal;
- Iniciativa;
- Espírito de equipe.

A Abordagem Clássica, junto da Burocrática, dentre todas as abordagens, chega a ser uma das mais importantes.

### ► Abordagem Neoclássica

No início de 1950 nasce a Teoria Neoclássica, teoria mais contemporânea, remodelando a Teoria Clássica, colocando novo figurino dentro das novas concepções trazidas pelas mudanças e pelas teorias anteriores. Funções essencialmente humanas começam a ser inseridas, como: Motivação, Liderança e Comunicação. Preocupação com as pessoas passa a fazer parte da Administração.



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## AS REFORMAS ADMINISTRATIVAS E A REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO; REFORMA DO SERVIÇO CIVIL (MÉRITO, FLEXIBILIDADE E RESPONSABILIZAÇÃO) E REFORMA DO APARELHO DO ESTADO

### HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A trajetória da Administração Pública no Brasil pode ser compreendida como um longo processo de transição, marcado por tentativas periódicas de modernização do Estado, muitas vezes realizadas de maneira descontínua e em resposta a contextos sociais, políticos e econômicos diversos. Essa evolução pode ser agrupada em grandes fases históricas que revelam os esforços do país para superar práticas arcaicas de gestão e aproximar-se de modelos mais racionais, eficientes e democráticos.

Durante grande parte do século XX, o Brasil viveu sob um sistema administrativo predominantemente patrimonialista, no qual o aparelho estatal confundia-se com os interesses privados das elites dominantes. Nesse cenário, os cargos públicos eram distribuídos como favores pessoais, sem critérios de mérito ou impessoalidade. Essa estrutura favorecia o clientelismo, a corrupção e o nepotismo, dificultando qualquer tentativa de administração eficiente e universalista.

A proclamação da República, em 1889, alimentou expectativas de mudança na gestão pública. No entanto, o novo regime manteve a lógica oligárquica da política imperial. A Constituição de 1891 descentralizou o poder e fortaleceu as oligarquias regionais, dando origem à chamada política do “Café com Leite”, onde paulistas e mineiros se revezavam na presidência da República. Nesse período, o poder dos governadores aumentou, mas em muitas regiões do país os “coronéis” locais continuaram exercendo forte controle político e social, em um ambiente marcado pela instabilidade e pelo autoritarismo informal.

Nas primeiras décadas do século XX, com o crescimento urbano e o surgimento das primeiras indústrias nacionais, intensificaram-se as pressões por reformas administrativas. A burguesia industrial emergente e as crescentes demandas sociais passaram a exigir um Estado mais estruturado e eficiente. Esses fatores, somados à crise da política tradicional, contribuíram para o movimento que levou à Revolução de 1930 e à ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Ainda na década de 1920, destacavam-se algumas necessidades cruciais para a reformulação do Estado brasileiro, entre as quais: a formação de grandes organizações produtivas, a ampliação da participação popular, o combate à corrupção e ao favoritismo político, e a construção de uma estrutura administrativa capaz de impulsionar o desenvolvimento nacional. Tais demandas evidenciavam a urgência de uma administração pública moderna e profissionalizada.

A Revolução de 1930 marca, portanto, um ponto de inflexão na evolução da Administração Pública brasileira. Com a ascensão de Vargas e a centralização do poder, o Brasil inicia uma transição mais clara do modelo patrimonialista para o burocrático, com foco na racionalização da máquina estatal. Essa mudança visava criar uma gestão pública mais impessoal, estruturada e orientada por normas, afastando-se da lógica da apropriação privada do Estado.

Contudo, esse processo de modernização da administração não se deu de forma contínua ou linear. Ao longo do século XX, o país experimentaria novos ciclos de reformas — ora burocráticas, ora gerenciais — sempre tensionadas por crises econômicas, mudanças de regime político e disputas ideológicas. Em síntese, a história da Administração Pública no Brasil é marcada por avanços e retrocessos, sempre impulsionados por contextos mais amplos e complexos da realidade nacional.

### REFORMA BUROCRÁTICA E A CRIAÇÃO DO DASP

A Reforma Burocrática no Brasil foi impulsionada por um contexto de intensas transformações políticas, econômicas e sociais na década de 1930, período marcado pela ruptura com o modelo político das oligarquias estaduais e pela ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por meio da Revolução de 1930. A nova configuração do Estado brasileiro, com forte centralização do poder e papel ativo na indução do desenvolvimento, exigia uma estrutura administrativa mais racional e eficiente.

Nesse cenário, surge a necessidade de superar o modelo patrimonialista vigente até então, caracterizado pela pessoalidade, pelo clientelismo e pela apropriação privada do bem público. A proposta de uma administração burocrática buscava justamente promover a impessoalidade, a meritocracia e a legalidade na gestão pública. Essa transição era também uma resposta às novas demandas geradas pela industrialização e urbanização aceleradas, que exigiam do Estado uma atuação mais técnica e coordenada.

O marco institucional mais relevante dessa transformação foi a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1936. Idealizado por nomes como Luiz Simões Lopes e Maurício Nabuco, o DASP foi concebido como um órgão centralizador e normatizador das práticas administrativas no âmbito federal, com a missão de reorganizar a máquina pública brasileira sob os princípios da racionalidade e da eficiência.

Entre os principais objetivos do DASP destacavam-se: a formulação de políticas de gestão de pessoal, a padronização de materiais e processos administrativos, a universalização do sistema de mérito por meio do concurso público, e a centralização dos recursos humanos sob critérios impessoais. O órgão também ficou responsável por racionalizar métodos, procedimentos e estruturas, visando combater o desperdício, a duplicidade de funções e as práticas patrimonialistas remanescentes.

O DASP teve, desde sua criação, amplos poderes. Sua atuação não se restringia a funções consultivas, mas se estendia à supervisão direta da aplicação das reformas nos diversos órgãos públicos federais. Além disso, a atuação do DASP promoveu a criação das primeiras carreiras burocráticas no serviço público e contribuiu decisivamente para a consolidação de uma cultura administrativa mais técnica, baseada na legalidade, na hierarquia e no controle.

A reforma administrativa do período Vargas também refletia o novo papel assumido pelo Estado brasileiro: além das funções tradicionais de manutenção da ordem e arrecadação, o Estado passava a ser indutor do crescimento econômico e responsável por promover o desenvolvimento nacional. Essa nova configuração ficou conhecida como “Estado desenvolvimentista”, que articulava centralização política com expansão das políticas públicas e das instituições estatais.

Destacam-se ainda as principais características da reforma promovida pelo DASP:

- Ênfase na normatização rigorosa e inflexível;
- Centralização administrativa e política nas mãos do Poder Executivo;
- Valorização do controle em detrimento da orientação e da gestão por resultados;
- Adoção de uma abordagem globalizante, ao invés de mudanças pontuais ou setoriais.

Esse conjunto de mudanças representou o primeiro grande esforço sistemático de modernização da Administração Pública brasileira.

Embora tenha enfrentado resistências e limitações, especialmente fora da esfera federal, a reforma burocrática e a criação do DASP estabeleceram bases importantes para a profissionalização do serviço público e para a construção de um Estado mais racional e funcional.

#### ► A Administração Paralela do Governo JK

Durante a década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek promoveu um novo modelo de gestão pública, conhecido como Administração Paralela, que representou uma ruptura com a estrutura administrativa tradicional, marcada por forte rigidez e por práticas clientelistas. Essa nova forma de organização surgiu como uma solução pragmática para a implementação do ambicioso Plano de Metas, cujo lema era “Cinquenta anos em cinco”, refletindo o projeto desenvolvimentista de modernização econômica e industrialização acelerada do país.

A Administração Paralela foi concebida para funcionar à margem da estrutura burocrática convencional, que era considerada lenta e ineficiente. Ela se organizava por meio de dois principais instrumentos:

- Grupos de Trabalho, responsáveis pela elaboração técnica de projetos e propostas;
- Grupos Executivos, encarregados da coordenação e implementação das ações governamentais, compostos por membros do Estado e representantes do setor privado.

Esses grupos eram instituídos por decretos presidenciais e contavam com autonomia administrativa, orçamentária e de pessoal. Por estarem desvinculados das amarras políticas e das práticas clientelistas predominantes na administração direta, tinham maior flexibilidade para conduzir ações e tomar decisões estratégicas com foco na eficácia.

Os principais objetivos da Administração Paralela de JK eram:

- Racionalizar a atuação do Estado na esfera econômica, facilitando a execução do Plano de Metas;
- Reduzir a influência do clientelismo, uma vez que os órgãos criados estavam sob controle direto da Presidência da República e possuíam independência funcional;
- Cooptar setores estratégicos, como os militares, para manter a estabilidade política do regime.

Essa nova estrutura foi determinante para a efetivação das metas de infraestrutura, energia, transporte, indústria e alimentação, pilares centrais do plano desenvolvimentista. O governo estimulou fortemente o investimento externo, atraindo multinacionais, especialmente no setor automobilístico, como a entrada de empresas como Ford e Chrysler. No entanto, esse impulso também resultou em um aumento expressivo da dívida externa.

Nesse contexto, surgiram ainda dois órgãos importantes voltados à modernização administrativa:

- **Comissão de Simplificação Burocrática (COSB):** criada para promover a descentralização dos serviços públicos, por meio da revisão das atribuições institucionais e da delegação de competências claras, aliadas à responsabilidade e à prestação de contas.
- **Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (CEPA):** responsável por assessorar a Presidência da República nas ações de reforma administrativa, especialmente na reestruturação de órgãos e no aprimoramento dos processos decisórios.

A dualidade entre a administração direta e a paralela evidenciava o esgotamento do modelo burocrático tradicional, ainda muito associado ao clientelismo. Enquanto a estrutura tradicional continuava submetida a normas rígidas e à lógica do favorecimento político, a administração descentralizada e autônoma dos novos órgãos apresentava melhores resultados operacionais, destacando-se por sua agilidade e capacidade de resposta.

Na década seguinte, essa lógica de reforma continuaria, com a Comissão Amaral Peixoto, criada no governo de João Goulart, cujo objetivo era consolidar a descentralização administrativa e reorganizar a máquina pública. No entanto, com o golpe de 1964, o projeto da comissão foi arquivado, e a agenda de reforma seria retomada em novos moldes sob o regime militar.

#### REFORMA DO PERÍODO MILITAR

A reforma administrativa promovida durante o regime militar (1964–1985) configurou-se como um dos mais amplos e sistemáticos esforços de reorganização do Estado brasileiro. Motivada por um contexto de crise institucional, instabilidade política e

# AUDITORIA

## NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE DE AUDITORIA – NBC TA E NBC PA

### ESTRUTURA DAS NBCS APLICÁVEIS À AUDITORIA

As Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria são emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e formam o conjunto de diretrizes que regulamentam o exercício da atividade de auditoria independente no Brasil. Essas normas são essenciais para garantir qualidade, uniformidade e confiabilidade aos serviços prestados pelos auditores, além de reforçar a confiança dos usuários das demonstrações contábeis.

As NBCs aplicáveis à auditoria estão organizadas em dois grandes blocos: as NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria) e as NBC PA (Normas Brasileiras de Contabilidade Profissionais do Auditor). Cada um desses conjuntos possui funções distintas e complementares no contexto da auditoria.

#### ► Classificação geral das normas

As normas de auditoria podem ser organizadas da seguinte forma:

##### **NBC TA – Normas Técnicas de Auditoria:**

- Estabelecem os procedimentos técnicos que o auditor deve aplicar durante a execução de uma auditoria de demonstrações contábeis.
- São baseadas nas International Standards on Auditing (ISA), adaptadas à realidade brasileira.
- Organizadas em séries numéricas (exemplo: NBC TA 200, 315, 500 etc.).

##### **NBC PA – Normas Profissionais do Auditor:**

- Definem a conduta esperada do profissional da auditoria.
- Estabelecem princípios éticos e responsabilidades do auditor.
- Garantem que o comportamento do auditor esteja em conformidade com os valores fundamentais da profissão contábil.

#### ► Importância da segmentação entre técnica e conduta profissional

A separação entre normas técnicas e profissionais permite uma abordagem mais completa da atividade de auditoria. De um lado, as NBC TA garantem que o trabalho técnico do auditor siga um padrão uniforme e fundamentado. Do outro, as NBC PA cuidam para que esse trabalho seja realizado com ética, diligência e responsabilidade.

Essa estrutura facilita o aprendizado, a aplicação e a fiscalização das normas. A segmentação também auxilia as firmas de auditoria e os auditores independentes a implantarem sistemas de controle de qualidade, treinamentos e revisões internas com base em pilares distintos, porém complementares.

#### ► Principais grupos normativos e seus enfoques

Dentro desse arcabouço normativo, podemos destacar os seguintes agrupamentos:

- Normas técnicas (NBC TA):
  - Divididas por temas, como planejamento, avaliação de risco, evidência de auditoria, conclusões e relatórios.
  - Cada norma trata de uma etapa ou aspecto específico da auditoria.
  - Exemplo: NBC TA 315 trata da identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante.

#### **Normas profissionais (NBC PA):**

- Abrangem temas como independência, sigilo profissional, integridade, competência técnica e comportamento profissional.
- Também estabelecem exigências sobre a qualidade do trabalho, inclusive com a NBC PA 01, que trata do controle de qualidade para firmas de auditoria.

#### ► Interligação com normas internacionais

Tanto as NBC TA quanto as NBC PA seguem, em grande medida, as orientações emitidas pela International Federation of Accountants (IFAC) por meio da International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). Isso significa que o Brasil busca harmonização com os padrões internacionais, promovendo maior comparabilidade e credibilidade global para os trabalhos de auditoria realizados no país.

#### ► Adaptação à legislação brasileira

Apesar da forte base internacional, as normas brasileiras são adaptadas para atender às especificidades da legislação nacional, especialmente a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicáveis.

A estrutura das NBCs aplicáveis à auditoria garante uma abordagem completa e bem definida do trabalho do auditor. Ao separar claramente o que é procedimento técnico (NBC TA) do que é conduta profissional (NBC PA), o Conselho Federal de Contabilidade promove maior qualidade e confiabilidade na execução dos trabalhos de auditoria. Essa organização também favorece o aprendizado, a fiscalização e a melhoria contínua da profissão.

**NBC TA – NORMAS TÉCNICAS DE AUDITORIA**

As NBC TA (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas de Auditoria) constituem o conjunto normativo responsável por orientar o auditor independente na execução dos procedimentos técnicos necessários para realizar auditorias em demonstrações contábeis.

Essas normas estabelecem critérios claros sobre como o auditor deve planejar, executar, documentar e concluir seu trabalho, sempre com foco na obtenção de segurança razoável quanto à fidedignidade das informações apresentadas pelas entidades auditadas.

► **Objetivo das NBC TA**

O principal objetivo das NBC TA é padronizar os procedimentos adotados pelos auditores, garantindo:

- Qualidade técnica nos trabalhos de auditoria;
- Confiabilidade nos relatórios emitidos;
- Comparabilidade entre auditorias realizadas por diferentes profissionais;
- Conformidade com normas internacionais de auditoria (ISA);
- Proteção do interesse público.

Essas normas são de aplicação obrigatória nas auditorias de demonstrações contábeis, especialmente quando exigidas por órgãos reguladores como a CVM, o Banco Central ou o TCU.

► **Classificação e organização das NBC TA**

As NBC TA são organizadas numericamente, seguindo uma estrutura temática baseada nas International Standards on Auditing (ISA). Cada norma trata de uma parte específica do processo de auditoria, dividida em grupos que refletem a sequência lógica do trabalho do auditor. Abaixo, destacamos os principais grupos:

**Princípios gerais e responsabilidades do auditor:**

- NBC TA 200 – Objetivos gerais do auditor independente e condução da auditoria conforme as NBC TA.
- NBC TA 210 – Termos de auditoria acordados com o cliente.

**Planejamento e avaliação de risco:**

- NBC TA 300 – Planejamento da auditoria.
- NBC TA 315 – Identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante.
- NBC TA 320 – Materialidade no planejamento e execução da auditoria.

**Evidência de auditoria:**

- NBC TA 500 – Evidência de auditoria.
- NBC TA 505 – Confirmações externas.
- NBC TA 520 – Procedimentos analíticos.

**Uso do trabalho de outros profissionais:**

- NBC TA 600 – Uso do trabalho de auditoria de outro auditor.
- NBC TA 620 – Uso do trabalho de especialista do auditor.

**Conclusão e relatórios:**

- NBC TA 700 – Formação da opinião e emissão do relatório do auditor.
- NBC TA 705 – Modificações na opinião do auditor.
- NBC TA 706 – Parágrafos de ênfase e outros parágrafos no relatório.

► **Exemplos práticos de aplicação**

Para entender melhor a aplicação prática das NBC TA, vejamos alguns exemplos:

- Um auditor contratado para revisar as demonstrações contábeis de uma empresa deve, de acordo com a NBC TA 300, elaborar um plano de auditoria que defina a natureza, época e extensão dos procedimentos.
- Caso identifique riscos significativos, como receita reconhecida de forma inadequada, ele deve seguir a NBC TA 315 para avaliar esses riscos e a NBC TA 330 para responder a eles com procedimentos adicionais.
- Para confirmar o saldo de contas a receber, ele pode aplicar a NBC TA 505 e solicitar confirmações externas diretamente aos clientes da empresa auditada.
- Ao final do trabalho, deverá aplicar a NBC TA 700 para formar sua opinião sobre as demonstrações contábeis e emitir o relatório, podendo, se necessário, usar a NBC TA 705 para emitir uma opinião modificada.

► **Papel da documentação e da evidência**

Outro ponto crucial das NBC TA é o rigor com que tratam a documentação da auditoria. A NBC TA 230, por exemplo, define que o auditor deve elaborar documentação suficiente e apropriada que permita a compreensão do trabalho realizado, a fundamentação de suas conclusões e a avaliação, por parte de revisores, da conformidade com as normas.

Além disso, a NBC TA 500 define o que constitui evidência apropriada e suficiente, orientando sobre como coletar e avaliar elementos que sustentem a opinião do auditor. Isso inclui exames de documentos, observações, confirmações externas, entre outros procedimentos.

► **Adaptação às realidades brasileiras**

Embora baseadas nas normas internacionais, as NBC TA são adaptadas às exigências legais e contábeis brasileiras. Isso permite que o auditor atue em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, normas da CVM, instruções do Banco Central, entre outros marcos regulatórios.

As NBC TA são a espinha dorsal da prática técnica do auditor. Elas estruturam todas as etapas do trabalho, desde o planejamento até a emissão do relatório final, com base em padrões reconhecidos internacionalmente.

O domínio dessas normas é fundamental para qualquer profissional que atue com auditoria, pois garante qualidade, credibilidade e conformidade legal ao serviço prestado.

# CONTABILIDADE GERAL

## CONTABILIDADE; CONCEITO, OBJETO, OBJETIVOS, CAMPO DE ATUAÇÃO E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

### Conceito

Contabilidade é a ciência social que registra fenômenos financeiros e econômicos que estão atrelados com PATRIMÔNIO (bens, direitos e obrigações) da entidade (pode ser pessoa física ou jurídica; exemplo: empresa, organização ou cia).

Tem como objetivo gerar relatórios com interpretação das mudanças que ocorreram com o patrimônio da empresa e auxiliar na tomada de decisões dos usuários.

### Objetivo

O objetivo da Contabilidade é estudar e compreender o patrimônio, que é formado por:

- BENS: prédios, veículos, máquinas, estoque, etc;
- DIREITOS: contas a receber (exemplo, cliente que efetua o pagamento) que pode ser de curto ou longo prazo;
- OBRIGAÇÕES: contas a pagar (exemplo, boletos de fornecedores, empréstimos) que são em curto ou longo prazo;

E com identificação das alterações do patrimônio, expor os dados aos usuários ligados à entidade (internos e externos) para desenvolver objetivos para a organização.

### Finalidade

A contabilidade tem por finalidade organizar, analisar e mensurar a riqueza da empresa. Com coleta e registro das mudanças do patrimônio, é possível visualizar o desenvolvimento da organização junto ao mercado.

Além de acompanhar os resultados, compreendendo os dados financeiros é possível a tomada de decisão pelos usuários da entidade. Com o atual cenário econômico, a contabilidade passou a ser um importante direcionador de estratégias definindo diretrizes a serem tomadas pelas empresas.

### Usuários

Com as informações contábeis analisadas e registradas, os dados para criação de medidas ficam adequados para os usuários **internos** e **externos**. Que são:

**Internos:** são aqueles que estão ligados diretamente à empresa, que precisam acompanhar o crescimento, rentabilidade, verificar a criação de projetos. Com os dados, os usuários internos podem saber o melhor momento de expansão da empresa, como criação de filial; aumentar folha de pagamento; aumento ou diminuição dos lucros. São eles:

- Sócios e proprietários;
- Acionista;

- Empregados;
- Administradores.

**Externos:** esses usuários costumam analisar qual a situação da empresa no mercado, eles procuram saber quais as condições financeiras da empresa, se a mesma tem capacidade de cumprir com suas obrigações para realizar operações de crédito (score) e se está em dia com suas obrigações tributárias. Resumindo, os usuários externos precisam saber se a empresa está cumprindo com os seus compromissos para que assim possam negociar. São eles:

- Concorrentes;
- Bancos;
- Fornecedores;
- Governo; e
- Investidores.

### Funções da Contabilidade

As principais funções na contabilidade é:

- Registrar os fatos ocorridos identificado na escrituração em livros contábeis;
- Organizar e adequar o sistema para a empresa, exemplo: arquivamento de documentos físicos ou eletrônicos;
- Demonstrar, expor por meio de relatórios a situação econômica, com base nos dados adquiridos no registro, como por exemplo, elaborar balanço das contas contábeis;
- Analisar as demonstrações com finalidade de apuração de resultado, por exemplo, análise do balanço patrimonial;
- Acompanhar o planejamento financeiro definido após análise dos resultados. Normalmente, uma equipe fica responsável por controlar o desempenho dos eventos financeiros, verificando se os planos estabelecidos estão sendo cumpridos e se existe necessidade de ajustes.

### Princípios Contábeis

A contabilidade é o estudo das mudanças econômicas que acompanham as alterações do mercado, é definida como ciência social, para manter confiabilidade e segurança sobre estes estudos surgem os Princípios Fundamentais da Contabilidade.

Resumindo, os princípios são como “leis” que regulamentam os conhecimentos técnicos, nenhum órgão (como Banco Central, Receita Federal ou Comitê de Pronunciamentos Contábeis) pode ultrapassá-las.

Os princípios contábeis foram elaborados pela Resolução do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 750, de 29/12/1993 (posteriormente alterado pela Resolução nº 1282/2010), e nº 774, de 16/12/1994. São eles:

## AMOSTRA

- **Princípio da Entidade:** reconhece que o patrimônio da empresa é independente dos patrimônios dos sócios. Objetivo é diferenciar as contas da pessoa física, no caso dos proprietários, das contas da pessoa jurídica (entidade).
  - **Princípio da Continuidade:** determina a continuidade das atividades da entidade, considerando as mudanças patrimoniais, classificando e avaliando de forma quantitativa e qualitativa. Por exemplo, é a confirmação que a contabilidade usa para manter os registros atualizados das mutações financeiras durante o tempo de vida da entidade.
  - **Princípio da Oportunidade:** afirma que os registros financeiros devem ser computados no mesmo tempo que são realizados.
- Exemplo:

Empresa fez compra de matéria prima no dia 25/04/2021 no valor de R\$50.000,00. Essa movimentação deve ser lançada no livro:  
Data: 25/04/2021 **D** - Estoque  
**C** - Banco 50.000,00

**Obs.: D – DÉBITO**  
**C – CRÉDITO**

- **Princípio do Registro pelo valor Original:** considera os registros dos verdadeiros valores dos componentes do patrimônio fiéis às transações e configura em moeda nacional.

Usando o exemplo acima, no momento de registrar o valor da compra correto, identificar os descontos, e no caso de moeda estrangeira, deve realizar a conversão para moeda do país.

- **Princípio da atualização monetária:** este princípio estabelece que os valores originais do patrimônio devam sempre ser atualizados, e utilizando indicadores econômicos para ajustar conforme moeda nacional.
- **Princípio da Prudência:** procurar medidas aceitáveis e que não sofram grandes impactos no patrimônio, seria necessária cautela para que as ações realizadas não prejudiquem o Patrimônio Líquido da empresa. Exemplo, controlar os gastos mensais para que isso não interfira no lucro no fechamento do balanço.

Todos esses princípios têm a intenção de ajudar o contabilista a guardar informações ligadas à entidade. Portanto, o contador seguindo esses princípios auxilia os gestores e sócios na realização de tomadas de decisão mantendo segurança financeira, realizando atividades dentro da conduta ética do profissional de contabilidade.

### Patrimônio

Patrimônio é conjunto de bens, direitos e obrigações de uma empresa. Bens e direitos são denominados como **ATIVO** e as obrigações denominadas **PASSIVO**, junto com o passivo está incluso o **PATRIMÔNIO LÍQUIDO**.

- Ativos

Onde constitui os direitos e bens da empresa e é identificada no lado esquerdo do **Balanço Patrimonial**.

Os bens são classificados como Tangíveis (que são materiais), exemplo: carro, computador; e bens Intangíveis (não são materiais), exemplo: no hall, marcas e patentes.

Direitos é tudo que é de direito da empresa, exemplo, é direito da empresa receber seus dividendos, manter conta bancária e tudo aquilo que pode ser mensurado.

No ativo é identificado as seguintes contas:

- Caixa;
- Banco;
- Estoque;
- Duplicatas a receber;
- Imobilizado.

# CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR

**NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO**

**NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1), DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025**

*NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO.*

O **CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento no disposto na alínea “f” do art. 6º do Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946, alterado pela Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, alinhado com o processo de convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade e conforme acordo firmado com a International Federation of Accountants (Ifac), que autoriza o CFC a traduzir, reproduzir e publicar as normas internacionais em formato eletrônico, faz saber que foi aprovada, em seu Plenário, a seguinte Norma Brasileira de Contabilidade (NBC), em consonância com a Conceptual Framework for General Purpose Financial Reporting by Public Sector Entities, editada pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (Ipsasb/Ifac) e revisada de acordo com o IPSASB-HANDBOOK 2024:

**NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL (R1) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL PELAS ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO**

Sumário	Item
Prefácio	1 – 24
Introdução	1 – 4
Volume e significância das transações sem contraprestação	5 – 7
Importância do orçamento aprovado	8 – 9
Natureza dos programas e longevidade do setor público	10 – 13

Natureza e propósito dos ativos e passivos no setor público	14 – 17
Papel regulador de entidades do setor público	18 – 19
Relacionamento com as estatísticas de finanças públicas	20 – 24
Capítulo 1 – Função, Autoridade e Alcance da Estrutura Conceitual	1.1 – 1.8D
Função	1.1
Autoridade	1.2 – 1.3
Relatório Contábil de Propósito Geral	1.4 – 1.7
Alcance da estrutura conceitual e das NBCs TSP	1.8 – 1.8D
<b>CAPÍTULO 2 – OBJETIVOS E USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL</b>	2.1 – 2.31
Objetivos da elaboração e divulgação da informação contábil	2.1 – 2.2
Usuários dos RCPGs	2.3 – 2.6
Prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão	2.7 – 2.10
Necessidade de informação dos usuários dos serviços e dos provedores de recurso	2.11 – 2.13
Informação fornecida pelos RCPGs	2.14 – 2.28
Situação patrimonial, desempenho e fluxos de caixa	2.14 – 2.17
Informação orçamentária e cumprimento da legislação ou outra regulamentação relativa à captação e à utilização de recursos	2.18 – 2.21
Resultado da prestação de serviços	2.22 – 2.24
Informações financeiras e não financeiras prospectivas	2.25 – 2.27
Informação explicativa	2.28
Demonstrações contábeis e a informação que as aprimore, complemente e suplemente	2.29 – 2.30
Outras fontes de informação	2.31

AMOSTRA

<b>CAPÍTULO 3 – CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS</b>	3.1 – 3.42	Acordos vinculantes que são igualmente não executados	5.26I – 5.26J
Introdução	3.1 – 3.5	Situação patrimonial líquida, outros recursos e outras obrigações	5.27 – 5.28
Relevância	3.6 – 3.9	Receita e despesa	5.29 – 5.31
Representação fidedigna	3.10 – 3.16	Superávit ou déficit do exercício	5.32
Compreensibilidade	3.17 – 3.18	Contribuição dos proprietários e distribuição aos proprietários	5.33 – 5.37
Tempestividade	3.19 – 3.20	<b>CAPÍTULO 6 – RECONHECIMENTO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	6.1 – 6.10
Comparabilidade	3.21 – 3.25	Critérios de reconhecimento e sua relação com a evidenciação	6.1 – 6.4
Verificabilidade	3.26 – 3.31	Definição de elemento	6.5 – 6.6
Restrições acerca da informação incluída nos RCPGs	3.32 – 3.42	Incerteza quanto à mensuração	6.7 – 6.8
Materialidade	3.32 – 3.34	Evidenciação e reconhecimento	6.9
Custo-benefício	3.35 – 3.40	Desreconhecimento	6.10
Equilíbrio entre as características qualitativas	3.41 – 3.42	<b>CAPÍTULO 7 – MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	7.1 – 7.75
<b>CAPÍTULO 4 – ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO CONTÁBIL</b>	4.1 – 4.11	Introdução	7.1
Introdução	4.1 – 4.2	Objetivo da mensuração	7.2 – 7.24
Características-chave de entidade que reporta a informação contábil	4.3 – 4.11	Mensuração inicial	7.5 – 7.7
<b>CAPÍTULO 5 – ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b>	5.1 – 5.37	Mensuração subsequente	7.8 – 7.14
Introdução	5.1 – 5.5	Seleção de modelos e de bases de mensuração	7.15 – 7.19
Propósito	5.1	Mensurações específicas e não específicas	7.20
Elementos e sua importância	5.2 – 5.4	Valores de entrada e de saída	7.21 – 7.23
Elementos	5.5	Nível de agregação ou desagregação para mensuração	7.24
Ativo	5.6 – 5.13	Bases de mensuração para os ativos	7.25 – 7.62
Definições de ativo e recurso	5.6 – 5.6B	Custo histórico	7.26 – 7.34
Direitos	5.7A – 5.7G	Base de mensuração de ativos no modelo de valor corrente	7.35 – 7.36
Potencial de serviço e benefícios econômicos	5.8 – 5.10	Valor corrente operacional	7.37 – 7.44
Controlado no presente pela entidade e derivado de um evento passado	5.11 – 5.13	Valor justo	7.45 – 7.56
Passivo	5.14 – 5.26	Valor em uso	7.56 – 7.62
Definição	5.14 – 5.14A	Bases de mensuração para os passivos	7.63 – 7.76
Obrigações	5.15 – 5.15E	Custo histórico	7.64 – 7.67
Transferência de recursos da entidade	5.16 – 5.16F	Custo de cumprimento da obrigação	7.68 – 7.73
Obrigação presente e derivada de evento passado	5.17 – 5.26	Valor justo	7.74 – 7.75
Ativos e passivos	5.26A – 5.26J		
Unidade contábil	5.26A – 5.26H		

# ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

**MICROECONOMIA. CONCEITOS BÁSICOS: O PROBLEMA ECONÔMICO FUNDAMENTAL, MERCADO, FLUXOS ECONÔMICOS EM UMA ECONOMIA DE MERCADO, VARIÁVEIS-FLUXO E VARIÁVEIS-ESTOQUE**

## ► O Problema Econômico Fundamental e a Noção de Mercado

A economia é a ciência que estuda a maneira como os recursos escassos são alocados para satisfazer as necessidades ilimitadas dos indivíduos. Esse dilema central dá origem ao chamado problema econômico fundamental, que pode ser resumido em três questões básicas: o que produzir, como produzir e para quem produzir. Como os recursos (terra, capital, trabalho e tecnologia) são limitados, é necessário decidir quais bens e serviços devem ser produzidos, quais métodos produtivos devem ser empregados e como os produtos serão distribuídos entre os diferentes agentes econômicos.

As economias podem lidar com esse problema de maneiras distintas, dependendo do sistema econômico adotado. Em economias de mercado, a alocação de recursos ocorre principalmente por meio da interação entre oferta e demanda, com os preços desempenhando o papel de reguladores naturais do sistema. Em economias planejadas, o governo assume um papel central na definição do que será produzido e como os bens serão distribuídos. Já em economias mistas, há uma combinação entre mecanismos de mercado e intervenções governamentais para corrigir falhas e promover maior equilíbrio econômico.

O mercado, portanto, é o espaço onde ocorrem as trocas voluntárias entre consumidores e produtores. Ele pode ser classificado de diferentes maneiras, dependendo dos bens transacionados e da estrutura competitiva. Os mercados podem ser de bens e serviços, onde produtos finais são comprados e vendidos, ou de fatores de produção, onde empresas adquirem insumos como trabalho e capital. Além disso, o mercado pode ter diferentes estruturas, desde a concorrência perfeita, onde há grande número de ofertantes e demandantes, até o monopólio, onde um único agente controla a oferta de determinado bem ou serviço.

A eficiência dos mercados depende do funcionamento adequado dos mecanismos de preços, que sinalizam aos agentes econômicos quais bens são mais escassos e quais são abundantes. No entanto, mercados podem apresentar falhas, como externalidades negativas, assimetrias de informação e formação de monopólios, que podem exigir intervenção governamental para garantir um funcionamento mais eficiente e equilibrado.

Nos próximos tópicos, aprofundaremos a discussão sobre os fluxos econômicos em uma economia de mercado e a distinção entre variáveis-fluxo e variáveis-estoque, conceitos essenciais para compreender o funcionamento do sistema econômico.

## Fluxos Econômicos em uma Economia de Mercado

Os fluxos econômicos representam as interações entre os diferentes agentes econômicos e são fundamentais para compreender o funcionamento de uma economia de mercado. Esses fluxos descrevem o movimento contínuo de bens, serviços e dinheiro entre famílias, empresas, governo e o setor externo.

O modelo mais simples para ilustrar esses fluxos é o fluxo circular da renda, que mostra a interdependência entre os agentes econômicos. Esse modelo básico apresenta dois grandes mercados:

**1. Mercado de Bens e Serviços** – Onde as empresas oferecem produtos e as famílias atuam como consumidoras, adquirindo bens e serviços em troca de dinheiro.

**2. Mercado de Fatores de Produção** – Onde as famílias fornecem trabalho, capital e terra para as empresas, recebendo rendimentos na forma de salários, juros, lucros e aluguéis.

O fluxo circular da renda também envolve a atuação do governo, que arrecada tributos e realiza gastos públicos, e do setor externo, que interage com a economia por meio das exportações e importações.

Os fluxos econômicos podem ser representados de duas maneiras principais:

- **Fluxos reais** – Correspondem à movimentação física de bens e serviços, como o fornecimento de mão de obra pelas famílias às empresas ou a venda de um carro em uma concessionária.

- **Fluxos monetários** – Representam os pagamentos associados às transações econômicas, como o pagamento de salários, juros ou o consumo das famílias.

A análise dos fluxos econômicos é essencial para a formulação de políticas econômicas e para o entendimento de fenômenos como recessões, inflação e crescimento econômico. Quando há desequilíbrio nesses fluxos – por exemplo, quando a demanda agregada cai e o consumo diminui – podem ocorrer crises econômicas que exigem intervenção do governo para estimular a economia.

Nos próximos tópicos, exploraremos a distinção entre variáveis-fluxo e variáveis-estoque, que são fundamentais para mensurar corretamente a atividade econômica e interpretar indicadores como PIB, renda nacional e endividamento.

## Variáveis-Fluxo e Variáveis-Estoque

Na economia, as variáveis econômicas podem ser classificadas em variáveis-fluxo e variáveis-estoque, distinção fundamental para a análise de dados macroeconômicos e financeiros.

As variáveis-fluxo medem quantidades que são registradas ao longo de um período de tempo, como renda, investimento, consumo e exportações. Elas representam movimentos contínuos

dentro da economia e são expressas em termos de uma unidade de tempo, como mensal, trimestral ou anual. O Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, é uma variável-fluxo porque mede o valor total dos bens e serviços produzidos em um país dentro de um período específico.

Por outro lado, as variáveis-estoque representam quantidades acumuladas em um determinado momento no tempo, como riqueza, capital físico e dívida pública. Essas variáveis não medem fluxos contínuos, mas sim a posição de um recurso em um instante específico. Um exemplo clássico de variável-estoque é a dívida pública de um país, que representa o total acumulado de empréstimos tomados pelo governo até um determinado momento.

A relação entre essas duas categorias é essencial para entender a dinâmica econômica. Por exemplo, o investimento é uma variável-fluxo que aumenta o estoque de capital ao longo do tempo. Da mesma forma, um déficit fiscal (fluxo) contribui para o aumento da dívida pública (estoque).

Um exemplo prático dessa distinção pode ser visto na vida cotidiana de uma família. O salário mensal de uma pessoa é uma variável-fluxo, pois representa uma entrada de dinheiro ao longo do tempo. Já o saldo bancário da conta dessa pessoa é uma variável-estoque, pois mostra o valor acumulado até um determinado momento.

A importância de distinguir essas variáveis está na formulação de políticas econômicas e na interpretação de indicadores. Uma economia pode apresentar um alto nível de crescimento do PIB (fluxo), mas ainda assim possuir uma elevada dívida pública (estoque), o que pode gerar preocupações sobre sua sustentabilidade financeira.

Portanto, a compreensão dos conceitos de variáveis-fluxo e variáveis-estoque permite uma análise mais precisa do funcionamento da economia e das políticas adotadas pelos governos. Ao longo deste texto, exploramos como o problema econômico fundamental, os mercados competitivos, os fluxos econômicos e as variáveis econômicas se interligam para explicar o funcionamento do sistema econômico, destacando a importância de uma abordagem integrada na análise dos fenômenos econômicos.

**DEMANDA E OFERTA, DESLOCAMENTO DAS CURVAS DE OFERTA E DEMANDA. ELASTICIDADES DA OFERTA E DA DEMANDA**

Os conceitos de demanda e oferta são fundamentais para entender o funcionamento dos mercados e a formação de preços. Eles representam as interações entre consumidores e produtores, determinando a quantidade de bens e serviços que será comercializada em um determinado período.

A demanda refere-se à quantidade de um bem ou serviço que os consumidores estão dispostos a comprar a diferentes níveis de preço. Quanto menor o preço, maior tende a ser a quantidade demandada, pois os consumidores ficam mais incentivados a adquirir o produto. Esse comportamento segue a Lei da Demanda, que estabelece uma relação inversa entre preço e quantidade demandada.

A oferta, por outro lado, representa a quantidade de um bem ou serviço que os produtores estão dispostos a vender em diferentes preços. Quanto maior o preço, maior tende a ser a oferta,

pois os produtores veem uma oportunidade de obter maiores lucros. Esse comportamento segue a Lei da Oferta, que estabelece uma relação direta entre preço e quantidade ofertada.

O equilíbrio de mercado ocorre no ponto onde a quantidade demandada pelos consumidores é exatamente igual à quantidade ofertada pelos produtores. Esse ponto determina o preço de equilíbrio, onde não há escassez nem excesso de produtos no mercado. Quando o preço está acima do equilíbrio, ocorre um excedente de oferta, e os produtores precisam reduzir os preços para vender seus estoques. Quando o preço está abaixo do equilíbrio, ocorre um excesso de demanda, e os consumidores competem pelo produto, elevando os preços.

Nos mercados competitivos, os preços variam de acordo com a oferta e a demanda, ajustando-se constantemente para refletir mudanças nas condições do mercado. No próximo tópico, veremos como diferentes fatores podem deslocar essas curvas e alterar o equilíbrio de mercado.

**Deslocamento das Curvas de Oferta e Demanda**

As curvas de oferta e demanda não são fixas e podem se deslocar devido a diversos fatores, alterando a quantidade comercializada e o preço dos produtos. Esse deslocamento ocorre quando variáveis externas afetam o comportamento de consumidores e produtores, independentemente do preço do bem ou serviço.

A curva de demanda se desloca quando há mudanças nos fatores que influenciam o consumo. Se a demanda aumenta, a curva se desloca para a direita, indicando que os consumidores estão dispostos a comprar mais produtos em todos os preços. Se a demanda diminui, a curva se desloca para a esquerda, reduzindo a quantidade comprada em todos os preços. Esse deslocamento pode ocorrer por diversos motivos, como:

- **Variação da renda dos consumidores:** Quando a renda aumenta, os consumidores tendem a comprar mais bens normais, aumentando a demanda. Já para bens inferiores, um aumento na renda pode reduzir a demanda, pois os consumidores passam a preferir produtos de maior qualidade.
- **Mudança nos preços de bens relacionados:** Se o preço de um bem substituto sobe, a demanda por outro bem pode aumentar. Por exemplo, se o preço da carne bovina sobe, mais consumidores podem optar por carne de frango. Já no caso de bens complementares, se o preço da gasolina sobe, a demanda por carros pode cair.
- **Preferências dos consumidores:** Tendências, publicidade e mudanças culturais podem influenciar a demanda por certos produtos, como ocorreu com o aumento da demanda por alimentos orgânicos e veículos elétricos.
- **Expectativas futuras:** Se os consumidores acreditam que os preços vão subir no futuro, podem antecipar suas compras, aumentando a demanda no presente.

A curva de oferta também pode se deslocar para a direita (aumento da oferta) ou para a esquerda (redução da oferta), dependendo dos fatores que afetam os produtores. Os principais motivos que influenciam a oferta incluem:

- **Variação nos custos de produção:** Se os custos de matéria-prima ou mão de obra aumentam, os produtores podem reduzir a oferta para evitar prejuízos. Já a redução dos custos pode incentivar o aumento da produção.

# FLUÊNCIA EM DADOS

**CONCEITOS, ATRIBUTOS, MÉTRICAS, TRANSFORMAÇÃO DE DADOS. ANÁLISE DE DADOS. AGRUPAMENTOS. TENDÊNCIAS. PROJEÇÕES**

## DADOS

Os dados representam informações que podem ser armazenadas, manipuladas e analisadas por sistemas computacionais. Eles podem ser numéricos, textuais, booleanos, imagens, vídeos ou qualquer outra forma de informação digital. Dados isolados não possuem significado, mas, quando organizados e interpretados, tornam-se informações.

### Tipos de Dados

- **Estruturados:** organizados em um formato fixo, como tabelas de bancos de dados.
- **Semiestruturados:** possuem alguma organização, mas não seguem um formato fixo, como arquivos XML e JSON.
- **Não estruturados:** sem um formato predefinido, como imagens, áudios e vídeos.

### Atributos de Dados

Os atributos são as características ou propriedades de um dado. Eles descrevem os elementos dentro de um conjunto de dados. Tipos de Atributos:

- **Nominais:** categóricos sem ordem específica (exemplo: cores, nomes de cidades).
- **Ordinais:** categóricos com uma ordem definida (exemplo: pequeno, médio, grande).
- **Numéricos:** Podem ser discretos (valores contáveis), como número de alunos em uma sala, ou contínuos (valores dentro de um intervalo), como altura ou peso.

### Métricas de Dados

As métricas são medidas utilizadas para avaliar conjuntos de dados. Algumas das principais são:

- **Médias Estatísticas:** média, mediana e moda.
- **Dispersão:** variância, desvio padrão e amplitude.
- **Correlação:** mede a relação entre dois conjuntos de dados.
- **Integridade:** verifica se os dados estão completos e consistentes.
- **Qualidade:** avalia a precisão, confiabilidade e atualização dos dados.

### Transformação de Dados

A transformação de dados é o processo de converter os dados em um formato adequado para análise e processamento. Algumas técnicas incluem:

- **Normalização:** Processo de ajuste de valores para um padrão comum. Exemplo: converter notas de diferentes escalas para uma mesma faixa (0 a 10).
- **Padronização:** Transforma os dados para que tenham uma distribuição estatística conhecida, geralmente com média zero e desvio padrão um.
- **Discretização:** Converte dados contínuos em categorias. Exemplo: converter idades exatas em faixas etárias (0-18, 19-35, 36-60, 60+).
- **Limpeza de Dados:** Identifica e corrige erros, como valores duplicados, ausentes ou inconsistentes.
- **Integração de Dados:** Combina informações de diferentes fontes para formar um único conjunto de dados coerente.

### Análise de Dados

A análise de dados é o processo de explorar, resumir e interpretar dados para responder perguntas e apoiar decisões. Ela pode ser:

- **Descritiva:** mostra o que aconteceu (ex.: totais, médias, distribuição).
- **Diagnóstica:** investiga por que aconteceu (ex.: comparações e correlações).
- **Preditiva:** estima o que pode acontecer (ex.: modelos de previsão).
- **Prescritiva:** recomenda ações (ex.: simulações e otimização).

### Agrupamentos (Clustering)

Agrupamentos são técnicas que organizam dados em grupos (clusters) com características semelhantes, sem necessidade de rótulos prévios. São usados para segmentação de clientes, identificação de perfis e detecção de padrões. Exemplos de abordagens incluem agrupamento por distância e agrupamento hierárquico.

### Tendências

Tendências representam direções de mudança ao longo do tempo (crescimento, queda ou estabilidade). Podem ser identificadas por análises de séries temporais, comparação por períodos e suavização de variações (ex.: médias móveis), ajudando a entender comportamentos e padrões recorrentes.

**Projeções**

Projeções utilizam dados históricos para estimar valores futuros e apoiar planejamento. Podem considerar componentes como tendência e sazonalidade e devem ser acompanhadas por medidas de incerteza e erro (ex.: margem de erro), para tornar as estimativas mais confiáveis.

**CONCEITOS DE ANALYTICS**

**ANALYTICS**

O termo Analytics refere-se ao processo de coleta, análise e interpretação de dados para extrair informações e insights que ajudem na tomada de decisões. É uma área essencial em diversas disciplinas, como negócios, ciência de dados, saúde, tecnologia e marketing, pois permite identificar padrões, prever tendências e otimizar processos. O uso de analytics está diretamente relacionado à análise quantitativa de grandes volumes de dados, que podem ser estruturados ou não estruturados.

▶ **Tipos de Analytics**

Os diferentes tipos de analytics são classificados conforme sua função e nível de complexidade:

- **Análise Descritiva (Descriptive Analytics):** é o tipo mais básico e se concentra em entender o que aconteceu no passado. Utiliza ferramentas como relatórios e dashboards para apresentar uma visão clara de dados históricos.
- **Exemplo:** análise de vendas mensais.
- **Análise Diagnóstica (Diagnostic Analytics):** vai além da análise descritiva, buscando entender o porquê algo aconteceu. Emprega métodos de correlação e identificação de padrões para explicar as causas de determinados fenômenos ou tendências.
- **Análise Preditiva (Predictive Analytics):** foca em prever eventos futuros com base em dados históricos e algoritmos de machine learning e estatística.
- **Exemplo:** prever a demanda por um produto no próximo trimestre.
- **Análise Prescritiva (Prescriptive Analytics):** sugerir ações ou estratégias com base em modelos preditivos. A análise prescritiva usa simulações e otimizações para determinar a melhor linha de ação a seguir.
- **Exemplo:** recomendações de preço para maximizar lucros.
- **Análise Cognitiva (Cognitive Analytics):** usada em soluções avançadas, como a inteligência artificial, é capaz de aprender e se adaptar ao longo do tempo, incorporando processos de aprendizado de máquina para melhorar as decisões sem intervenção humana constante.

▶ **Principais Benefícios do Analytics**

- **Tomada de decisão baseada em dados:** proporciona maior precisão e confiança nas decisões, minimizando a dependência de suposições.

- **Identificação de padrões e tendências:** facilita a antecipação de comportamentos futuros, tanto em relação a clientes quanto em operações internas.
- **Melhoria de processos:** otimiza operações, resultando em maior eficiência e redução de custos.
- **Personalização:** em marketing, por exemplo, permite personalizar ofertas e comunicações com base no comportamento dos consumidores.
- **Inovação:** possibilita novas descobertas e insights que podem ser transformados em produtos, serviços ou modelos de negócios inovadores.

▶ **Ferramentas e Técnicas Usadas em Analytics**

- **Ferramentas de Visualização de Dados:** Power BI, Tableau e Google Data Studio ajudam a transformar dados complexos em gráficos e dashboards intuitivos.
- **Análise Estatística e Matemática:** utiliza técnicas como regressão, correlação e algoritmos preditivos.
- **Big Data:** envolve a coleta e análise de grandes volumes de dados que não podem ser processados por métodos tradicionais.
- **Machine Learning:** utilizado principalmente na análise preditiva e prescritiva para aprender com os dados e fazer previsões ou recomendações automáticas.

▶ **Aplicações de Analytics**

- **Marketing e Vendas:** segmentação de clientes, análise de campanhas e previsões de vendas.
- **Saúde:** detecção precoce de doenças e otimização de tratamentos.
- **Finanças:** avaliação de riscos e fraudes, otimização de carteiras de investimentos.
- **Manufatura:** monitoramento de desempenho de máquinas e previsão de manutenção.
- **Recursos Humanos:** análise de turnover, engajamento e desempenho de colaboradores.

Analytics representa um papel vital na era da informação, permitindo transformar dados brutos em insights valiosos e orientando a inovação em diversas áreas.

**APRENDIZADO DE MÁQUINA. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL**

**INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

Inteligência Artificial (IA) é um dos temas mais relevantes da atualidade na área da informática. Trata-se de um campo da ciência da computação que busca desenvolver sistemas capazes de realizar tarefas que normalmente exigiriam inteligência humana, como raciocinar, aprender, tomar decisões e resolver problemas. O objetivo da IA é criar máquinas que possam simular ou reproduzir comportamentos inteligentes.

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## TEORIA GERAL DO ESTADO

### ORIGEM, FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO ESTADO

#### ► Formas pré-estatais de organização política

Antes do surgimento do Estado propriamente dito, os grupos humanos já apresentavam formas de organização social e política. Essas estruturas eram mais simples, baseadas em vínculos familiares, religiosos, econômicos ou militares, sem a presença de uma autoridade política institucionalizada nos moldes atuais. A convivência humana, desde as comunidades primitivas, exigia regras mínimas de conduta, formas de liderança e mecanismos de solução de conflitos, ainda que não existisse um poder soberano centralizado.

Nas sociedades tribais, por exemplo, a autoridade costumava estar associada à tradição, à força física, à idade, à experiência ou ao prestígio religioso. O chefe, o patriarca, o conselho de anciãos ou o líder guerreiro exerciam funções de comando, mas esse poder não se confundia com o Estado moderno, pois faltavam elementos como território juridicamente delimitado, soberania institucional e organização permanente do poder.

#### Principais formas pré-estatais

- **Família patriarcal:** organização baseada na autoridade do chefe familiar, responsável pela direção econômica, moral e religiosa do grupo.
- **Clã:** agrupamento de famílias ligadas por origem comum, real ou simbólica, com forte identidade coletiva.
- **Tribo:** reunião de clãs ou grupos familiares mais amplos, geralmente unidos por costumes, língua, religião e defesa comum.
- **Cidade antiga:** forma mais complexa de organização, já próxima da estrutura estatal, como ocorreu nas cidades gregas e romanas.

Essas formações demonstram que o Estado não surgiu de maneira repentina, mas como resultado de um longo processo de complexificação social. À medida que os grupos humanos cresceram, surgiram novas necessidades: defesa do território, organização da produção, controle de conflitos, criação de normas e definição de autoridades estáveis. Esse processo preparou o caminho para o surgimento das primeiras formas de Estado.

#### ► Teorias sobre a origem do Estado

A origem do Estado é explicada por diferentes teorias. Nenhuma delas, isoladamente, esgota o fenômeno estatal, pois o Estado é resultado de fatores históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Ainda assim, essas teorias ajudam a compreender como a doutrina procurou justificar o nascimento do poder político organizado.

#### Teorias principais

- **Teoria naturalista:** entende que o Estado surgiu naturalmente da própria sociabilidade humana. O ser humano, por viver em sociedade, teria desenvolvido formas de organização política cada vez mais complexas.
- **Teoria contratualista:** sustenta que o Estado nasceu de um acordo entre indivíduos, que renunciaram a parte de sua liberdade para criar uma autoridade comum capaz de garantir ordem, segurança e proteção.
- **Teoria da força:** afirma que o Estado teria origem na dominação de grupos mais fortes sobre grupos mais fracos, especialmente por meio da guerra, conquista e imposição do poder.
- **Teoria econômica:** relaciona o surgimento do Estado à necessidade de organizar a produção, proteger a propriedade e administrar desigualdades sociais e econômicas.

Entre essas explicações, a teoria contratualista exerceu grande influência na formação do pensamento político moderno. Autores como Hobbes, Locke e Rousseau defenderam, cada um à sua maneira, que o Estado decorre de um pacto social. Para Hobbes, o Estado surge para evitar a violência generalizada; para Locke, para proteger direitos naturais, como vida, liberdade e propriedade; para Rousseau, para expressar a vontade geral e preservar a liberdade política.

#### ► Evolução histórica do Estado

A evolução do Estado acompanha a transformação das sociedades. No Estado antigo, como nas civilizações egípcia, mesopotâmica, grega e romana, o poder político estava fortemente ligado à religião, à guerra e à estrutura social hierarquizada. Em muitos casos, o governante era visto como representante dos deuses ou como figura dotada de autoridade sagrada.

No período medieval, o poder político tornou-se fragmentado. A organização feudal enfraqueceu a ideia de autoridade central, pois senhores feudais exerciam poderes sobre seus domínios, muitas vezes de forma autônoma. O rei existia, mas nem sempre possuía controle efetivo sobre todo o território. A Igreja também desempenhava papel central, influenciando diretamente a vida política, jurídica e social.

O Estado moderno surge com a centralização do poder nas mãos do monarca, a definição mais clara de território, a formação de exércitos permanentes, a criação de burocracias

administrativas e a afirmação da soberania. Esse modelo permitiu superar a fragmentação medieval e consolidar a autoridade estatal. Mais tarde, com as revoluções liberais, especialmente a inglesa, a americana e a francesa, o Estado absolutista foi gradualmente substituído pelo Estado de Direito, limitado pela lei e pela Constituição.

No Estado contemporâneo, a preocupação não se limita à ordem e à segurança. O Estado passa a assumir funções sociais, econômicas e democráticas, buscando promover direitos fundamentais, reduzir desigualdades e assegurar participação popular. Assim, a Teoria Geral do Estado permite compreender que o Estado atual é resultado de um processo histórico contínuo, marcado por disputas, transformações institucionais e mudanças na concepção de poder.

### ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO

#### ► Povo, território e soberania

A existência do Estado depende da presença de elementos essenciais que permitem identificá-lo como uma organização política autônoma. Tradicionalmente, apontam-se três elementos constitutivos principais: povo, território e soberania. Sem esses componentes, não há Estado em sentido jurídico-político, mas apenas agrupamentos humanos, comunidades culturais ou formas incompletas de organização social.

O povo corresponde ao conjunto de pessoas juridicamente vinculadas ao Estado. Não se confunde com população, pois esta abrange todos os indivíduos que se encontram em determinado território, incluindo estrangeiros e pessoas em trânsito. O povo, em sentido jurídico, é formado pelos nacionais, isto é, pelas pessoas que mantêm vínculo político-jurídico com o Estado.

O território é a base física sobre a qual o Estado exerce seu poder. Abrange o solo, o subsolo, o espaço aéreo, as águas internas, o mar territorial e outros espaços reconhecidos pelo Direito. É no território que a ordem jurídica estatal se aplica de maneira predominante, permitindo ao Estado organizar sua administração, exercer autoridade e proteger sua integridade.

A soberania é o poder supremo do Estado. Internamente, significa que o Estado possui autoridade máxima dentro de seu território, não se subordinando a outro poder interno. Externamente, indica independência perante outros Estados, em uma relação de igualdade jurídica no plano internacional. A soberania, contudo, não deve ser compreendida como poder ilimitado, pois o Estado contemporâneo encontra limites na Constituição, nos direitos fundamentais e em compromissos internacionais assumidos validamente.

#### Elementos essenciais

- **Povo:** conjunto de nacionais vinculados juridicamente ao Estado.
- **Território:** espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade.
- **Soberania:** poder político supremo, independente e juridicamente organizado.

#### ► Finalidade estatal

Além dos elementos clássicos, parte da doutrina também destaca a finalidade como elemento relevante para compreender o Estado. O Estado não existe apenas para concentrar poder, mas para realizar determinados fins coletivos. Em uma perspectiva constitucional contemporânea, sua atuação deve estar orientada à promoção do bem comum, à proteção da dignidade da pessoa humana, à garantia dos direitos fundamentais e à organização pacífica da convivência social.

A finalidade estatal varia historicamente. No Estado absolutista, predominava a conservação do poder monárquico e da unidade territorial. No Estado liberal, a finalidade central era limitar o poder e proteger liberdades individuais. No Estado social, acrescentou-se a preocupação com igualdade material, prestações públicas e intervenção estatal para reduzir desigualdades. No Estado Democrático de Direito, unem-se legalidade, participação popular, proteção de direitos e controle do poder.

No caso brasileiro, a Constituição Federal indica objetivos fundamentais da República no art. 3º, como construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e reduzir desigualdades. Isso demonstra que o Estado não pode ser entendido como estrutura neutra ou meramente administrativa, mas como organização voltada à realização de valores constitucionais.

#### Finalidades principais do Estado contemporâneo

- Garantir a ordem jurídica e a segurança coletiva.
- Proteger direitos fundamentais e liberdades públicas.
- Promover justiça social e reduzir desigualdades.
- Organizar institucionalmente o exercício do poder político.

#### ► Distinções importantes

Para compreender corretamente a Teoria Geral do Estado, é indispensável distinguir Estado, povo, população e nação. Estado é a pessoa jurídica de direito público formada por povo, território e soberania. Povo é o conjunto de nacionais. População é o conjunto de pessoas que se encontram em determinado território em certo momento. Nação, por sua vez, tem sentido sociológico e cultural, referindo-se a um grupo humano unido por elementos como história, língua, tradições, costumes, religião ou sentimento de pertencimento.

Assim, pode existir uma nação sem Estado próprio, como ocorre com grupos que possuem identidade cultural comum, mas não dispõem de soberania política. Também pode existir Estado composto por várias nações ou grupos culturais distintos. Essa distinção é relevante porque o vínculo nacional não é sempre idêntico ao vínculo estatal. O Estado é conceito jurídico-político; a nação é conceito histórico-cultural.

Compreender esses elementos evita confusões frequentes. O Estado não é apenas o governo, pois o governo é apenas o conjunto de órgãos que exerce temporariamente a direção política. Também não se confunde com território, pois este é apenas sua base física. O Estado é uma instituição permanente, dotada de personalidade jurídica, poder soberano e finalidade pública.

# DIREITO PREVIDENCIÁRIO

## ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS DA SEGURIDADE SOCIAL E PREVIDÊNCIA SOCIAL

A Seguridade Social é um sistema integrado de proteção social (saúde, assistência e previdência) previsto na Constituição de 1988, visando garantir mínimos sociais e dignidade humana. Diferencia-se da Previdência, que é um sub-ramo contributivo obrigatório para substituir a renda do trabalhador, por ser o “gênero” que engloba ações públicas e privadas

A Seguridade Social, nos termos do art. 194 da Constituição Federal, “compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

A Seguridade Social engloba, portanto, um conceito amplo, abrangente, universal, destinado a todos que dela necessitem, desde que haja previsão na lei sobre determinado evento a ser coberto. É na verdade, o gênero do qual são espécies a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde.

A Previdência Social é um sistema contributivo obrigatório que visa proteger o trabalhador e sua família contra riscos como doença, invalidez, idade avançada e morte, substituindo a renda.

A Previdência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se a única categoria de proteção social que requer contribuição dos segurados como condição para ampará-los.

É importante frisar que a Constituição estabelece no caput do art. 194 que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar os direitos fundamentais relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), muitos avanços ocorreram na seguridade social. A saúde passou a ser um dever do Estado e um direito de todos, independentemente de contribuição. É dever do Estado prestar assistência social às pessoas carentes, sem exigência de contribuição, como forma de assegurar o mínimo existencial, materializando o corolário da dignidade da pessoa humana. A Previdência Social tornou-se a única modalidade de proteção social que exige contribuição dos segurados, como condição para ampará-los de futuros infortúnios sociais e de outras situações que merecem amparo (riscos sociais).

Conforme estabelece o art. 201 da CF/1988, a Previdência Social atenderá, nos termos da lei: a) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; b) proteção à maternidade, especialmente à gestante; c) proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; d) salário-família e

auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e e) pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

A previdência social está organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória. Ademais, toda pessoa física que exerça alguma atividade remunerada será, obrigatoriamente, filiada ao Regime Geral de Previdência Social, exceto se esta atividade gerar filiação obrigatória a Regime Próprio de Previdência Social.

## SEGURIDADE SOCIAL: ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL; CONCEITUAÇÃO; ORGANIZAÇÃO E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

### ORIGEM E EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL<sup>1</sup>

#### ► Conceituação<sup>2</sup>

No Brasil, a ideia de seguridade social iniciou-se com os “socorros públicos”, com disposição expressa na Constituição de 1824 (primeira previsão constitucional de atos securitários). Essas atividades eram desenvolvidas pela iniciativa privada, por meio das santas casas de misericórdia, a exemplo da Santa Casa da Misericórdia de Santos, em 1553.

No âmbito previdenciário, primeiramente surgiu o Montepio Geral dos Servidores do Estado (Mongeral), instituído em 1853, de caráter privado. Posteriormente, a Constituição brasileira de 1891 estabeleceu expressamente a aposentadoria por invalidez aos funcionários a serviço da nação.

Após a Constituição brasileira de 1891, surgiram instrumentos normativos infraconstitucionais importantes, tais como o Decreto nº 9.284/1911, que criou a Caixa de Pensões dos Operários da Casa da Moeda, e o Decreto nº 3.274/1919, que regulou as obrigações resultantes dos acidentes no trabalho.

Na verdade, a previdência social brasileira foi implantada com a Lei Eloy Chaves, estabelecida pelo Decreto Legislativo 4.682/1923, que criou as chamadas Caixas de Aposentadoria e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias, contemplando os benefícios de aposentadoria por invalidez, aposentadoria ordinária (atualmente chamada de aposentadoria por

1 [ AGOSTINHO, Theodoro. *Manual de Direito Previdenciário - 4ª Edição* 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.18. ISBN 9788553623518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623518/>. Acesso em: 11 mai. 2026.]

2 [ SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro. *Direito Previdenciário - Coleção Esquemático - 15ª Edição* 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.9.]

tempo de contribuição), pensão por morte, bem como o benefício de assistência médica, todos eles custeadas por contribuições do Estado, dos empregadores e dos trabalhadores. Embora não tenha sido a primeira norma jurídica brasileira sobre matéria previdenciária, o dia 24/01/1923 - data de publicação da Lei Eloy Chaves - ainda hoje é comemorada pelo INSS como a data de aniversário da Previdência Social brasileira.

### Seguridade Social – Origem

O Sistema de Seguridade Social foi introduzido no ordenamento brasileiro pela Constituição Federal de 1988. Tal sistema, segundo o art. 194 da CF, é composto de:

- Saúde;
- Previdência Social;
- Assistência Social.

**Art. 194.** *A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.*

### Saúde

A saúde pública se estabelece como um direito fundamental, sendo um serviço que concede suporte aos métodos preventivos e curativos de enfermidades que são demandas recorrentes da população. É dever do Estado prestar esses serviços de forma adequada e propícia à sociedade, pois a sua natureza jurídica se enquadra como serviço público gratuito, sendo realizado objetivamente pelo Poder Público ou delegado por ele. Dessa forma, as empresas privadas podem participar de maneira complementar ao SUS, desde que sigam de acordo com as diretrizes impostas pelas normas estatais.

Até então, ou seja, antes de 1988, a saúde era vinculada ao Instituto de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS.

- **ICA:** Os serviços prestados pelo INAMPS somente eram assegurados a quem contribuisse ativamente, ou seja, não era um direito universal, acessível a todo cidadão brasileiro.

### Sistema Único de Saúde – SUS

A Constituição Federal de 1988 também instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS, órgão financiado com recursos do orçamento da Seguridade Social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com o art. 198 da CF, o Sistema Único de Saúde possui as seguintes diretrizes:

- I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;*
- II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;*
- III – participação da comunidade.*

Para as entidades da iniciativa privada é possível a atuação livre na área da saúde; no entanto, a Constituição Federal proíbe a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas com fins lucrativos, permitindo apenas a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no Brasil nos casos previstos em lei.

Ademais, as instituições privadas, preferencialmente as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, através de contrato de direito público ou de convênios (art. 199, § 1º, da CF).

**Art. 199.** *A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.*

*§ 1º As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.*

*§ 2º É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.*

*§ 3º É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.*

*§ 4º A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização.*

Uma vez firmado contrato de direito público ou de convênio entre a instituição privada e o SUS, devem ser respeitadas todas as suas regras, princípios e diretrizes.

### Previdência Social

A Previdência Social, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se a única categoria de proteção social que requer contribuição dos segurados como condição para ampará-los.

É dever da União assegurar o regime geral de previdência social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

### Assistência Social

É de responsabilidade do Estado fornecer assistência social às pessoas em situação de carência, sem a necessidade de contribuições prévias, com o objetivo de garantir o mínimo necessário para uma vida digna, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana.

A Lei n. 8.742/93, conhecida como LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), estabelece as diretrizes para a organização da assistência social. De acordo com essa lei, é garantido um salário mínimo de benefício mensal, denominado Benefício de Prestação Continuada (BPC), a pessoas com deficiência e idosos com idade igual ou superior a 65 anos, desde que comprovem a falta de meios para prover sua própria subsistência ou obtê-la por meio de sua família.

Esse salário mínimo foi fixado, pelo Decreto n. 12.342, de 30 de dezembro de 2024, em R\$ 1.518,00 para o ano de 2025. Vejamos:

**Art. 1º** *A partir de 1º de janeiro de 2025, o valor do salário mínimo será de R\$ 1.518,00 (mil quinhentos e dezoito reais).*

# DIREITO TRIBUTÁRIO

## COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA; IMUNIDADES; CAPACIDADE TRIBUTÁRIA

### Classificação

A doutrina majoritária classifica a competência tributária em:

#### ▪ Competência Privativa

Refere-se à competência para criar impostos atribuída com exclusividade a um ente político. Os impostos tiveram sua competência para instituição definida pela CF de maneira privativa.

Assim, cabe privativamente a instituição dos seguintes impostos:

- A União: IR, II, IE, IOF, IPI, IEG, IGF, ITR, impostos residuais.
- Aos Estados e DF: IPVA, ITCMD, ICMS.
- Aos Municípios e DF: ISS, IPTU, ITBI.

A lista de impostos dos Estados, DF e Municípios é absolutamente exaustiva, não podendo instituírem quaisquer outros. Já a da União é exemplificativa, já que os impostos residuais permitem a criação de uma série de outros impostos por meio de lei complementar, inclusive permitindo a bitributação<sup>1</sup> e o *bis in idem*<sup>2</sup>.

#### ▪ Competência Tributária Comum

Ela é comum quando todos os entes federativos podem instituir os mesmos tributos, como por exemplo as taxas e contribuição de melhoria.

#### ▪ Competência Tributária Cumulativa

Prevista no art. 147 da CF/88, refere-se à competência da União em instituir impostos estaduais nos Territórios, os Municipais, caso eles não sejam divididos em Municípios, e da competência do DF instituir os impostos municipais em seu território.

<sup>1</sup> *Bitributação é um fenômeno do direito tributário que leva à tributação dupla de um mesmo fato gerador, realizada por dois entes diferentes. Ou seja: dois poderes públicos (União, estados e municípios, por exemplo) cobram um tributo do contribuinte sobre a mesma operação.*

<sup>2</sup> *O bis in idem é um fenômeno do direito que consiste na repetição (bis) de uma sanção sobre o mesmo fato (in idem). Ele pode ocorrer em diversas áreas do direito brasileiro, como no ramo do Direito Tributário, quando o mesmo ente tributante cobra um tributo do mesmo contribuinte sobre o mesmo fato gerador várias vezes. É importante destacar que o bis in idem não pode ser confundido com a bitributação, que ocorre quando entes distintos realizam a cobrança do mesmo tributo sobre um mesmo contribuinte.*

*CF, Art. 147. Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.*

#### ▪ Competência Tributária Plena

A União poderá instituir e cobrar todos os tributos previstos na Constituição da República, em caso de criação de Território e não sendo este, subdividido em Municípios. Seria o único caso de competência tributária plena.

Entretanto, ela pode também, no caso de guerra externa ou sua iminência, exercer a bitributação e o *bis in idem*.

#### Exercício da competência tributária

O exercício do poder atribuído é uma faculdade, não uma imposição constitucional. Cada ente decide, de acordo com seus critérios de oportunidade e conveniência política, sobre seu exercício.

No entanto, importante ressaltar que constituem requisitos essenciais da responsabilidade fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da federação (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, art. 11). Isso deve ser entendido com razoabilidade, já que se o tributo for antieconômico, não há como se entender pela obrigatoriedade de sua instituição.

Além disso, impôs a LRF a proibição de transferências voluntárias para os entes federados que deixem de instituir impostos de sua competência (art. 11, p. único).

#### Capacidade tributária ativa

A competência tributária se distingue da capacidade tributária ativa. A primeira é o poder, a aptidão de criar tributos, é legislar instituindo tributos, já a segunda diz respeito à capacidade de ser sujeito ativo da relação jurídica tributária.

A capacidade tributária ativa é a aptidão para ser colocado, por lei, na posição de sujeito ativo da relação tributária, ou seja, na posição de credor, com as prerrogativas que lhe são inerentes de fiscalizar o cumprimento das obrigações pelos contribuintes, lançar e cobrar os respectivos créditos tributários.

Apenas as pessoas jurídicas de direito público é que têm capacidade tributária ativa, podendo, pois, ser colocadas na posição de sujeito ativo de obrigações tributárias (art. 119 do CTN); aliás só as pessoas políticas de direito público desenvolvem atividade administrativa plenamente vinculada (art. 3º do CTN).

O sujeito ativo será o próprio ente político do qual a lei instituidora do tributo emana (posição esta que se presume) ou, se a lei expressamente designar, outras pessoas jurídicas de direito público, ou seja, uma autarquia ou uma fundação<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> PAULSEN, L. *Direito Tributário – Constituição e Código Tributário à Luz da Doutrina e da Jurisprudência*. 6ª ed. rev. e atual. Porto Alegre, 2004.

A capacidade tributária ativa é o poder de cobrar e fiscalizar o tributo; esta, ao contrário da competência tributária, é delegável a outras pessoas jurídicas de direito público. A delegação da capacidade tributária compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

### Imunidade tributária

A imunidade ocorre quando a Constituição Federal impede os entes de tributar determinadas situações, isso ocorre quando da delimitação da competência.

Em termos simples, pode-se dizer que a imunidade é o impedimento constitucional de se tributar pessoas, coisas ou situações. Trata-se de hipótese de não incidência.

Difere da isenção porque essa é concedida por meio de lei e é exercício de competência, podendo ser definida como a dispensa legal do pagamento. Trata-se de hipótese de exclusão do crédito tributário, uma vez que impede a formação do mesmo.

Perceba-se que na isenção há o fato gerador abstrato e concreto, porém não haverá o lançamento, uma vez que exclusão impede sua feitura. Já na imunidade sequer há fato gerador abstrato, portanto não poderá haver sua realização e tampouco lançamento, isso porque a imunidade é uma limitação constitucional ao poder de tributar.

A isenção ocorre quando, o ente competente para instituir determinado tributo, resolve dispensar do pagamento certas pessoas e ou situações. É, portanto, uma faculdade daquele que detém a competência constitucional para instituir o tributo.

O rol de imunidades contidos nesse capítulo não é exaustivo, haja vista haver previsão de outras na Constituição Federal. Assim, sempre que a CF proibir a tributação de determinada situação ou pessoa, haverá imunidade.

Nem sempre a CF usa as expressões “imune”, “imunidade”. Muitas vezes as imunidades estão descritas com as seguintes expressões “não incidem”, “são isentos”.

Ainda que se utilize a expressão isenção, em se tratando de impedimento constitucional à tributação, haverá imunidade. Vejamos o art. 5º, LXXIII que a um só tempo é exemplo de imunidade constante fora do rol do art. 150 e exemplo de imunidade veiculada sob a expressão “isento”:

*LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.*

### Distinção entre imunidade, isenção e não incidência

Imunidade é um instituto que será regrado em âmbito constitucional, ou seja, a dispensa ao pagamento de tributo deve ser disciplinado na Constituição Federal. Isenção é uma dispensa legal, isso significa que a desobrigação ao pagamento decorrerá da lei.

Incidência tributária nada mais é do que a situação em que o tributo passa a ser devido por ter ocorrido o fato gerador. A hipótese de incidência tributária representa o momento abstrato, previsto em lei, hábil a deflagrar a relação-jurídico tributária<sup>1</sup>.

Assim, numa leitura a *contrario sensu* a não incidência tributária, é a ausência do surgimento da relação jurídico-tributária em face da não ocorrência do fato gerador. Há três situações que caracterizam a não-incidência<sup>1</sup>:

- 1 - Se dá quando o fato não se enquadra (não se subsume) ao campo material que se pretende correlacionar;
- 2 – Ocorre quando o fato não corresponde ao campo territorial próprio (incompetência territorial);
- 3 – Situação de “não incidência”, assim qualificados pela própria Constituição.

### Imunidades em espécie

#### ▪ Imunidade Recíproca

A Imunidade Recíproca está contida na CF, art. 150, IV, ‘a’, é cláusula pétrea, pois protege o pacto federativo. Proíbe que um ente tribute, por meio de imposto, a renda, o patrimônio e os serviços de outro.

Como essa regra só é aplicável aos impostos, fica permitido a tributação por meio das demais espécies tributárias. Deve-se observar o disposto no § 2º do mesmo dispositivo legal que estende a imunidade para as autarquias e fundações públicas, porém, diferentemente dos entes federados, esses órgãos somente terão imunidade se seu patrimônio, renda e serviços estiverem vinculados às suas finalidades essenciais.

O § 3º veda a aplicação das imunidades ao patrimônio, à renda e aos serviços das empresas ou sociedades que, embora tenham capital público, se sujeitam às normas de direito privado ou que haja contraprestação ou pagamento pelo usuário. Isso se deve ao fato de a própria Constituição proibir a concorrência desleal.

#### ▪ Imunidade Religiosa

A Imunidade Religiosa se dá devido ao Brasil ser considerado um estado laico, assim, entendeu por bem o constituinte, não permitir que fossem cobrados impostos das instituições religiosas, visto que esse poderia ser um meio utilizado para dificultar ou até mesmo impedir o exercício de determinada religião.

Esse dispositivo deve ser interpretado em conjunto com o § 4º, de sorte que não somente o templo (prédio) seja imune, mas todo patrimônio, renda e serviços relacionados às atividades essenciais da instituição religiosa.

#### ▪ Imunidade dos Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Educacionais e Assistenciais sem fins lucrativos

Ao conferir imunidade aos partidos políticos, buscou o legislador constituinte proteger o pluralismo político, necessário para a manutenção da democracia. Já as entidades sindicais são imunes devido à necessidade de efetivar a liberdade de associação sindical, prevista constitucionalmente.

Para que as entidades educacionais e assistenciais sem fins lucrativos gozem da imunidade precisam atender aos requisitos previstos em lei complementar, obedecendo ao disposto no art. 146, II, CF, além de estar em concordância com o art. 14 do CTN:

*Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:*

<sup>1</sup> SABBAG, Eduardo. *Manual de Direito Tributário*. Saraiva.

<sup>1</sup> CASSONE, Vittorio, 1999, p.116.

# COMÉRCIO INTERNACIONAL

**FUNDAMENTOS ECONÔMICOS DE COMÉRCIO: PRINCIPAIS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL; POLÍTICA ECONÔMICA EM ECONOMIAS ABERTAS; MERCADOS INTERNACIONAIS; BALANÇO DE PAGAMENTOS; EVOLUÇÃO DO SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL**

## PRINCIPAIS TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional corresponde às relações econômicas realizadas entre países por meio da troca de bens, serviços, tecnologias e capitais, desempenhando importante papel na integração econômica global e no funcionamento da economia mundial. Essas relações intensificaram-se com a industrialização, a globalização econômica e o avanço dos sistemas de transporte e comunicação, tornando os mercados internacionais cada vez mais interdependentes. As diferenças existentes entre os países quanto à disponibilidade de recursos naturais, tecnologia, mão de obra e capacidade produtiva favorecem a especialização econômica, permitindo que cada nação concentre sua produção nos setores em que apresenta maior eficiência relativa.

A especialização produtiva contribui para formação da divisão internacional do trabalho e possibilita ganhos econômicos associados ao aumento da produtividade, expansão dos mercados consumidores, redução de custos de produção e ampliação da competitividade econômica. As teorias do comércio internacional surgiram com o objetivo de explicar os motivos que levam os países a realizarem trocas comerciais e os benefícios econômicos decorrentes dessas relações, considerando fatores como eficiência produtiva, custos, disponibilidade de recursos e especialização econômica.

### ► Mercantilismo

O mercantilismo representou uma das primeiras formas organizadas de pensamento econômico relacionadas ao comércio internacional, desenvolvendo-se principalmente entre os séculos XVI e XVIII. Esse modelo defendia que a riqueza das nações estava associada à acumulação de metais preciosos, especialmente ouro e prata, razão pela qual o comércio exterior era considerado instrumento fundamental para fortalecimento econômico e político dos Estados nacionais.

Os mercantilistas defendiam a manutenção de balanços comerciais favoráveis, caracterizadas pela superioridade das exportações em relação às importações. Para atingir esse objetivo, os governos adotavam políticas protecionistas, incluindo tarifas alfandegárias, restrições às importações, estímulos às exportações e forte intervenção estatal na economia. Embora o mercantilismo tenha contribuído para expansão das atividades comerciais internacionais e fortalecimento dos Estados modernos, suas ideias foram posteriormente criticadas pelos

economistas clássicos, especialmente em razão do excessivo intervencionismo estatal e da concepção limitada de riqueza econômica baseada apenas na acumulação de metais preciosos.

### ► Teoria das Vantagens Absolutas

A Teoria das Vantagens Absolutas foi desenvolvida por Adam Smith no século XVIII como crítica às ideias mercantilistas, defendendo que os países devem especializar-se na produção dos bens em que apresentam maior eficiência absoluta, ou seja, aqueles produzidos com menor utilização de recursos ou menor custo produtivo em comparação com outras nações. Segundo essa perspectiva, o comércio internacional torna-se vantajoso quando cada país concentra sua produção nos setores em que possui maior produtividade e importa os produtos nos quais apresenta menor eficiência produtiva, favorecendo aumento da produção global, maior eficiência econômica e benefícios mútuos entre as economias participantes das trocas comerciais. Essa teoria representou importante avanço no pensamento econômico ao demonstrar que o comércio internacional pode gerar vantagens recíprocas para diferentes países, afastando a concepção mercantilista de que apenas uma nação poderia beneficiar-se economicamente das relações comerciais internacionais.

### ► Teoria das Vantagens Comparativas

A Teoria das Vantagens Comparativas foi formulada por David Ricardo no início do século XIX e constitui uma das principais bases teóricas do comércio internacional moderno. Essa teoria demonstrou que o comércio internacional pode ser vantajoso mesmo quando um país apresenta maior eficiência absoluta na produção de todos os bens, desde que cada nação se especialize nas atividades em que possui menor custo de oportunidade relativo. O custo de oportunidade corresponde à quantidade de determinado bem que deixa de ser produzida para possibilitar a produção de outro produto, de modo que os países tendem a obter maiores benefícios econômicos ao concentrarem seus recursos nos setores em que apresentam maiores vantagens comparativas. A teoria ricardiana permitiu compreender que os ganhos do comércio internacional decorrem da especialização relativa, da divisão internacional da produção e da eficiência econômica gerada pela distribuição produtiva entre diferentes economias, tornando-se um dos principais fundamentos das políticas de liberalização comercial adotadas em diversos períodos da economia mundial.

### ► Modelo Heckscher-Ohlin

O modelo Heckscher-Ohlin ampliou as análises clássicas do comércio internacional ao relacionar as vantagens comerciais à disponibilidade relativa dos fatores de produção existentes em cada país, defendendo que as nações tendem a exportar produtos que utilizam intensivamente os fatores mais abundantes

em sua economia e importar bens associados a fatores relativamente escassos internamente. Países com maior disponibilidade de capital e tecnologia tendem a especializar-se em produtos industriais sofisticados e de maior valor agregado, enquanto economias com abundância de recursos naturais ou mão de obra concentram-se na produção agrícola, mineral ou em manufaturas intensivas em trabalho. O modelo contribuiu para explicar como as diferenças estruturais entre as economias influenciam os padrões de comércio internacional, a divisão internacional da produção e a formação das relações econômicas globais.

Ganhos de eficiência econômica e limitações das teorias clássicas

**As teorias clássicas do comércio internacional destacam que a especialização produtiva e a divisão internacional do trabalho podem aumentar a eficiência econômica global, ampliando a produção e favorecendo o crescimento econômico dos países participantes das trocas comerciais. Entre os principais ganhos econômicos associados ao comércio internacional destacam-se:**

Ganhos econômicos do comércio internacional	Efeitos econômicos
Especialização produtiva	Maior eficiência na utilização dos recursos
Ampliação dos mercados	Expansão das vendas e da produção
Competitividade econômica	Estímulo à inovação e produtividade
Redução de custos	Produção em larga escala
Acesso a tecnologias	Modernização produtiva
Diversificação de produtos	Ampliação das opções de consumo

Embora as teorias clássicas do comércio internacional tenham contribuído significativamente para compreensão das relações comerciais entre os países, muitos de seus modelos baseiam-se em condições simplificadas que nem sempre correspondem à realidade econômica contemporânea. O comércio internacional atual envolve fatores mais complexos, como protecionismo econômico, desigualdades tecnológicas, atuação das empresas multinacionais, políticas governamentais, integração financeira global e cadeias internacionais de produção, elementos que estimularam o desenvolvimento de novas abordagens teóricas voltadas à análise da competitividade internacional e das transformações decorrentes da globalização econômica.

**POLÍTICA ECONÔMICA EM ECONOMIAS ABERTAS**

Uma economia aberta caracteriza-se pela intensa relação econômica estabelecida entre determinado país e o restante do mundo por meio do comércio internacional, dos fluxos financeiros, dos investimentos estrangeiros e das operações cambiais. Nesse modelo econômico, as decisões internas passam a sofrer influência direta dos acontecimentos internacionais, enquanto as políticas econômicas nacionais também podem produzir impactos sobre as relações comerciais e financeiras externas. A

crecente globalização econômica intensificou essa integração entre os países, ampliando a interdependência entre mercados nacionais e internacionais.

A política econômica em economias abertas envolve o conjunto de medidas adotadas pelo Estado com o objetivo de promover estabilidade econômica, crescimento produtivo, controle inflacionário, equilíbrio das contas externas e fortalecimento da atividade econômica nacional. Em razão da integração internacional dos mercados, as autoridades econômicas precisam considerar não apenas fatores internos, mas também elementos externos, como oscilações cambiais, crises financeiras internacionais, fluxos de capitais estrangeiros e mudanças no comércio global.

► **Política Monetária**

A política monetária corresponde ao conjunto de medidas adotadas pelas autoridades econômicas para controle da quantidade de moeda em circulação, das taxas de juros e das condições gerais de crédito da economia. Em economias abertas, essa política mantém forte relação com os fluxos internacionais de capitais e com o comportamento da taxa de câmbio, pois alterações nas taxas de juros internas podem influenciar diretamente a entrada ou saída de investimentos estrangeiros no país. O aumento das taxas de juros tende a atrair capitais internacionais em busca de maior rentabilidade, favorecendo valorização da moeda nacional, enquanto a redução dos juros pode estimular saída de capitais e gerar pressões sobre o mercado cambial. A condução da política monetária em economias abertas exige equilíbrio entre objetivos internos, como controle da inflação e crescimento econômico, e os impactos externos relacionados ao setor financeiro e cambial.

► **Política Fiscal**

A política fiscal envolve a administração das receitas públicas, dos gastos governamentais e da tributação pelo Estado. Em economias abertas, decisões relacionadas aos gastos públicos e à arrecadação tributária podem produzir efeitos tanto sobre a atividade econômica interna quanto sobre as relações econômicas internacionais.

O aumento dos gastos públicos pode estimular a demanda interna e favorecer o crescimento econômico, mas também pode ampliar importações e gerar pressões sobre o equilíbrio das contas externas. Da mesma forma, políticas tributárias podem influenciar a competitividade das empresas nacionais no mercado internacional, afetando exportações, investimentos produtivos e atração de capitais estrangeiros. A gestão fiscal em economias abertas exige equilíbrio entre crescimento econômico, estabilidade macroeconômica e sustentabilidade das contas públicas.

► **Política Cambial**

A política cambial corresponde ao conjunto de medidas adotadas pelo governo e pelas autoridades monetárias para administração da taxa de câmbio e do mercado de moedas estrangeiras. A taxa de câmbio representa o valor da moeda nacional em relação às moedas internacionais e exerce significativa influência sobre exportações, importações, inflação, investimentos e competitividade econômica. A valorização da moeda nacional tende a reduzir o custo dos produtos importados, favorecendo consumidores e empresas dependentes de